

NATÁLIA CARDOSO FERREIRA SILVA

**A INEFICIÊNCIA DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DAS RELIGIÕES DE
MATRIZES AFRICANAS CONTRA CRIMES DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Brasília
2018

NATÁLIA CARDOSO FERREIRA SILVA

**A INEFICIÊNCIA DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DAS RELIGIÕES DE
MATRIZES AFRICANAS CONTRA CRIMES DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof.^o Me. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur.

Brasília
2018

NATÁLIA CARDOSO FERREIRA SILVA

**A INEFICIÊNCIA DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DAS RELIGIÕES DE
MATRIZES AFRICANAS CONTRA CRIMES DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof.^o Me. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^o Me. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur
Orientador

Professor
Avaliador

RESUMO

Esta monografia visa ao estudo da ineficiência do Direito Penal ao tutelar casos decorrentes de intolerância religiosa em território brasileiro, focalizando sua atenção nas religiões de matrizes africanas. Apesar da atual garantia constitucional de liberdade religiosa e inviolabilidade de culto, as religiões de matrizes africanas seguem sofrendo ataques dos mais diversos segmentos da sociedade, não obtendo devido reconhecimento estatal, social e jurídico. Buscou-se inicialmente investigar a dimensão da liberdade religiosa no Brasil e sua evolução dentro do Direito Constitucional brasileiro, assim como os compromissos internacionais pactuados pelo país em prol de direitos humanos fundamentais. Por meio de investigação, procurou-se explicitar as verdadeiras raízes da discriminação religiosa frente os adeptos dos cultos afro-brasileiros, e seu impacto, inclinando-se ao tema do racismo. Por fim, analisou-se criticamente os dispositivos legais de proteção às manifestações religiosas, conferindo destaque a casos levados a julgamento na mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro. A pesquisa indicou que, embora se tenha iniciado uma reação dos adeptos das religiões de matrizes africanas contra as agressões sofridas, o Direito Penal falha ao sancionar de maneira excessivamente branda os ataques decorrentes de intolerância religiosa, o que demonstra clara fragilidade no sistema de proteção e desatenção ao problema por parte das diversas autoridades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal. Liberdade religiosa. Intolerância religiosa. Religiões de matrizes africanas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A ORGANIZAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NO DIREITO BRASILEIRO	10
1.1 Origem e definição de liberdade religiosa	10
1.1.1 <i>Consciência, culto, associação religiosa e comunicação das ideias religiosas</i>	15
1.2 A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras	17
1.3 A liberdade religiosa como direito fundamental	22
1.4 A laicidade e a liberdade religiosa	25
1.5 Liberdade religiosa versus liberdade de expressão	28
1.6 A liberdade religiosa como essência da dignidade da pessoa humana	31
2 A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA E O POSICIONAMENTO BRASILEIRO	36
2.1 A liberdade religiosa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	40
2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	41
2.3 A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções	46
2.4 A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas	47
2.5 A Declaração de Princípios sobre a Tolerância	49
3 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA ANTE AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS	52

3.1 Histórico, conceito e características das religiões de matrizes africanas ...	52
3.2 Uma análise sobre tolerância	59
3.3 O racismo na formação da intolerância religiosa.....	62
3.4 A dinâmica da intolerância em face das religiões de matrizes africanas e suas manifestações	65
4 A INEFICIÊNCIA DO ENFRENTAMENTO JURÍDICO CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	70
4.1 Disposições legais protetivas	70
4.2 A tutela penal comparada: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e os dispositivos legais de proteção contra a intolerância religiosa	81
4.2.1. <i>O problema das delegacias de polícia</i>	84
4.3. O STF e o racismo: o caso Ellwanger e o caso Jonas Abib	85
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

A presença da religião como sustentáculo da sociabilidade humana decorre de tempos antigos, sendo que sua importância perdura como fator primordial na construção de valores morais e culturais que norteiam os indivíduos e grupos humanos. Entretanto, atualmente, tanto no plano nacional quanto internacional, a temática religiosa tem se mostrado como uma das dimensões da cultura mais afetadas pelos efeitos graves e danosos das práticas de discriminação e intolerância.

O presente estudo tem como foco a discussão acerca da ineficiência do Direito Penal ao tutelar os casos de intolerância religiosa, concentrando sua atenção nas religiões de matrizes africanas, o racismo e o pouco reconhecimento estatal, social e jurídico que sofrem.

A partir da Constituição de 1891, o Brasil é considerado um Estado não confessional, por razão fazer-se presente um pluralismo religioso em que todas as religiões devem ser respeitadas. A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como anuncia a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual somos signatários. A pluralidade, constituída por diversas raças, culturas e religiões, é uma das maiores qualidades do Brasil.

Deveríamos, pela diversidade de nossa origem e coexistência entre os diferentes, servir de exemplo para o mundo, todavia, apesar de a liberdade religiosa ser reconhecida e assegurada como direito fundamental, não são raros os casos de intolerância religiosa praticados, sobretudo, contra seguidores das religiões afro-brasileiras. Apesar de a prática ser proibida na legislação brasileira, tal fato não intimida os ofensores, que seguem marginalizando e amedrontando aqueles que divergem de sua opinião, o que caracteriza uma afronta aos direitos fundamentais do ser humano.

A intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas, em âmbito social, está estritamente vinculada ao preconceito de caráter racial, porém, é curiosa a grande desproporção presente na legislação penal, onde o principal dispositivo penal atinente ao tema, de pena branda - detenção de um mês a um ano,

ou multa - e que prescreve em meramente dois anos, dispõe de pouca força e incapacidade de alarmar agressores e combater os ataques.¹

A questão da intolerância e do preconceito religioso no Brasil, em especial o referente às religiões afro-brasileiras, é, infelizmente, um alvo em movimento que nem sempre é visível juridicamente. É perceptível a relativa invisibilidade teórica do tema, a pouca disposição de doutrina a respeito, que não se limite apenas à tipificação e descrição do único artigo do Código Penal Brasileiro alusivo a crime de intolerância religiosa, e a jurisprudência pouco tem falado no tocante ao assunto.

O caminho a ser trilhado, neste estudo, se apoiará nas construções da doutrina constitucionalista, especialmente em relação aos direitos humanos, e no Direito Penal com a análise e crítica aos escassos dispositivos legais de proteção às manifestações religiosas, assim como a verificação do fenômeno da tolerância e seu reverso, a intolerância, por meio de comparação de leis e análise de casos.

O que se pretende, em primeiro plano, é tratar a liberdade religiosa como propriedade de toda manifestação religiosa, essência da dignidade da pessoa humana, e a sua caracterização e evolução no âmbito do Direito Constitucional brasileiro. Da mesma forma, vislumbra-se a escolha da laicidade como instrumento de oferta de igualdade a todos os credos, e o esforço de repressão aos excessos da liberdade de expressão que caracterizam a intolerância religiosa.

No segundo capítulo, se abordará os compromissos internacionais pactuados por diferentes Estados e pelo Brasil para a promoção e defesa de direitos humanos fundamentais, que propiciaram a ascensão de uma rede global de proteção à liberdade religiosa.

O terceiro capítulo trata detalhadamente da construção da intolerância contra as religiões de matrizes africanas. A intolerância religiosa mostra-se como uma das facetas do racismo, sendo que a rotulação das crenças de matrizes africanas remonta aos tempos do Brasil Colônia, que atualmente apenas se modernizou, jamais abandonando a verdadeira intenção de tentar apagar a

¹ Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

memória, tradição e existências negras da sociedade, através da deslegitimação de suas identidades, singularidades, corpos e simbologias.

Finalmente, no quarto capítulo, propõe-se uma análise crítica dos dispositivos legais de proteção às manifestações religiosas contidas no Código Penal Brasileiro e na Lei nº 7.716/1989, a Lei Caó. Depreende-se a existência de pouco conhecimento acerca da gravidade da discriminação religiosa, e que a aplicação das leis não se realizam de maneira satisfatória. Será demonstrado, através de comparação com a legislação protetiva da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06), que em oportunidades onde legislador percebeu uma ânsia da sociedade por mudança, houve busca por melhor solução penal, o que não ocorreu com a problemática da intolerância religiosa.

Como exemplificativo, serão vistos os casos do escritor gaúcho Siegfried Ellwanger e do padre católico Jonas Abib, atinentes à discussão da ultrapassagem dos limites da liberdade de expressão e manifestação de pensamento. Apesar de notória similitude dos cenários, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisões inteiramente opostas, em plena demonstração da naturalização do racismo religioso em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, o esforço desta monografia é no sentido de trazer um estudo sobre as diferentes maneiras com que o próprio Estado brasileiro, no decorrer da história, favoreceu processos de intolerância religiosa, assim como identificar os vários discursos de cunho étnico-racial, científicos e legais que tentam justificar as ações de intolerância religiosa. Igualmente, dissertar acerca da pouca visibilidade do tema na tutela penal, onde as sanções brandas dos poucos dispositivos legais, somadas ao pouco esforço do Estado em tratar o tema, mostram-se pouco efetivas no combate ao problema.

A pesquisa será, em sua essência, investigativa, descritiva e explicativa, uma vez que versa sobre tema pouco explorado e se faz necessário o uso de várias abordagens para aproximar-se e conhecer melhor o fenômeno a ser tratado. Será pautada por uma abordagem crítica e uma análise acerca do racismo enfrentado pelos adeptos das religiões afro-brasileiras, e sobre como o Poder Judiciário trata os casos de desrespeito à liberdade de crença. Desta forma, artigos científicos, notícias jornalísticas e documentos eletrônicos serão objeto de estudo, ajudando a levantar

dados relevantes que darão suporte ao tema, e propiciando subsídios para a resolução da problemática levantada.

É inaceitável que ainda os dias de hoje as pessoas se sintam intimidadas em expressar suas crenças. É dever do Estado, assim como dos aparatos jurídicos e policiais, estarem informados sobre a diversidade cultural brasileira, a qual está presente na religiosidade, assim como em outras formas de manifestações culturais.

A pesquisa se mostra de grande relevância quando se é considerado que a temática religiosa provoca reflexões em torno das novas delimitações da esfera pública e seus dilemas para a construção de uma sociedade democrática. Combater os males da ignorância é dever de toda a sociedade, que deve denunciar atos de intolerância, assim como cobrar dos órgãos competentes o correto desempenho de sua função, e do Estado, ao fazer cumprir com rigor e punir os que violarem o princípio constitucional da liberdade religiosa.

1 A ORGANIZAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NO DIREITO BRASILEIRO

Para percorrer o itinerário do presente trabalho, é importante, primeiramente, verificar algumas categorias essenciais à captação de seu sentido. Faz-se mister a apresentação de conceitos filosóficos e jurídicos básicos para uma maior compreensão do estudo realizado e das propostas apresentadas em combate à intolerância religiosa que aflige os adeptos das religiões de matrizes africanas.

Deste modo, o presente capítulo compromete-se a dissecar o conceito de liberdade religiosa, tratando sua importância como elemento molecular da dignidade da pessoa humana, sua posição dentro das Constituições brasileiras ao longo das décadas, assim como a ponderação de sua existência com outro direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, a liberdade de expressão.

1.1 Origem e definição de liberdade religiosa

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, liberdade é o direito de expressar qualquer opinião, agir como quiser, sendo sinônimo de independência. Significa ter licença ou permissão; atrevimento, intimidade. É também a condição de não ser prisioneiro ou escravo.²

O termo “liberdade” pode abranger mais de um significado, tal como a manifestação de uma única forma de liberdade, a de locomoção, por exemplo, e ainda, pode expressar o agrupamento das liberdades tuteladas pelos estatutos de direitos humanos. Trata-se de um vocábulo cuja abordagem comporta as mais variadas discussões, e sua compreensão difere de acordo com a cultura, religião, política e época.³

O desenvolvimento dos chamados direitos humanos atravessou toda a história da humanidade, onde, nas culturas das sociedades, a liberdade de pensamento permitiu aos indivíduos de diferentes agrupamentos humanos que se voltassem ao caminho da reflexão e revelação religiosa. A coletividade desenvolveu

² HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

³ CUNHA, Maria Helena Lisboa. **O conceito de liberdade e suas interfaces**. Rio de Janeiro, Ensaios Filosóficos, Volume III – abril/2011.

práticas, invocações, ritos e ídolos, e com certa rapidez, a elevação místico-religiosa abraçou adeptos das mais diferentes classes sociais e ideologias.⁴

A liberdade religiosa é uma das maneiras de exercício da liberdade de pensamento. Na qualidade de direito fundamental, é a mais complexa e multifacetada das liberdades públicas, pois reflete acerca das verdades imateriais de caráter transcendental. Igualmente, carrega consigo as demais espécies de liberdade, tais como a de manifestação do pensamento, a ideológica, a de reunião, a de expressão, entre outras. Assim, faz-se certo reconhecer que a liberdade religiosa acomoda diversas outras liberdades, sem as quais seria simples simulação normativa.⁵

Acerca do conceito de liberdade religiosa, Jorge Miranda ensina de forma bastante aprofundada:⁶

A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor qualquer religião ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, de família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis. E consiste, por outro lado (e sem que haja qualquer contradição), em o Estado não impor ou não garantir com as leis o cumprimento desses deveres.

Robert Jacques elucida que a principal característica da liberdade religiosa se encontra na individualidade, onde cada pessoa escolhe sua religião assentando-se em suas convicções:⁷

A liberdade religiosa é, em primeiro lugar, uma liberdade 'individual' dado que consiste, para o indivíduo, em dar ou não a sua adesão intelectual a uma religião, escolhendo-a, ou rejeitando-a livremente. [...] Mas é também uma liberdade 'coletiva' no sentido de que não se esgotando na fé ou na crença, dá, necessariamente, origem a uma 'prática' cujo livre exercício deve ser garantido.

Quanto a seu contexto histórico, Coulanges explica que na maioria das sociedades antigas, seus integrantes não conheciam qualquer conceito de liberdade,

⁴ GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁵ MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**: direitos fundamentais. 3. ed. rev., atual. Coimbra, 2000. p. 404.

⁶ MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**: direitos fundamentais. 3. ed. rev., atual. Coimbra, 2000. p. 409.

⁷ JACQUES, Robert. A liberdade religiosa. **Revista Consciência e Liberdade**, Lisboa, n. 15, p. 84-100, mar. 2003. p. 84.

seja o de vida privada, de educação, tampouco a liberdade religiosa. A pessoa humana possuía pouco valor frente à autoridade santa e quase divina chamada pátria ou Estado.⁸

Da Idade Primitiva, possui-se informações sobre o exercício da liberdade religiosa apenas a partir de estudos de vestígios da vida humana da época. Jorge e Neto definem melhor como era a relação homem-religião nos tempos primitivos:⁹

Há registros de pinturas e desenhos dos agrupamentos primitivos que habitavam cavernas nos quais se representava o sol e a lua, presumivelmente como as mais antecedentes manifestações de religiosidade da espécie humana. Traduzia-se nesses astros a tentativa do homem primitivo de neles buscar proteção contra as intempéries e os animais predadores.

A hegemonia do Estado e a ausência de liberdade individual foram grandes características do período Greco-romano, onde o império desfrutava de um prestígio superior aos homens e esses eram totalmente servís aos ditos do Estado. Os antigos não conheciam a liberdade individual, tampouco a liberdade religiosa. Coulanges ao tratar sobre o assunto, assim escreve:¹⁰

Não havia nada no homem que fosse independente. Seu corpo pertencia ao Estado, sendo votado a sua defesa. Em Roma o serviço militar era obrigatório até os quarenta e seis anos, em Atenas e Esparta por toda vida. [...] Ao homem não cabia a escolha de suas crenças. [...] Os antigos não conheciam, portanto, nem a liberdade da vida privada, nem a liberdade a educação, nem a liberdade religiosa. A pessoa humana representava pouquíssimo ante essa autoridade santa e quase divina a que se chama pátria ou Estado.

Com a superioridade do Império Romano, notável em todo o mundo conhecido da época, surgiu o Cristianismo, por volta de 64 a.C. No império de Constantino, iniciou-se um processo onde esta religião deveria ser oficialmente adotada. Posteriormente, o Cristianismo passou por uma série de modificações, como o édito de Constantino, datado em 321 d.C., que instituiu que o domingo fosse considerado dia de guarda em todas as cidades e vilas. Com o Cristianismo como religião oficial do Estado de Roma, a maioria da população tornou-se cristã.¹¹

⁸ COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: M. Claret, 2002. p. 251.

⁹ NETO SILVA, Manoel Jorge e. **Proteção constitucional à liberdade religiosa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 11.

¹⁰ COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: M. Claret, 2002. p. 42.

¹¹ SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional**. São Paulo: J. Oliveira, 2002. p. 45.

A liberdade religiosa começou a ser discutida quando surgiu na história a noção de autonomia do indivíduo, no contexto da Reforma Protestante. Essa, influenciada por Martinho Lutero, Calvino e outros “reformadores”, foi causadora da ideia de autonomia individual em relação aos outros comportamentos da sociedade. Em contrariedade à valorização da tradição, do magistério da Igreja e das justificativas baseadas na relação com a divindade, o principal mote dos reformadores foi a liberdade de consciência e a possibilidade de, pela consciência desprendida, o homem se conectar ao sagrado, e de forma independente orientar essa relação.¹²

A autonomia de poder de escolha provocou um embaraço com a Igreja e o Poder Absolutista. Essa mesma Reforma trouxe consigo um ideal para que fossem reconhecidos os direitos humanos. Sobre sua contribuição para o advento da liberdade religiosa, ensina Lafer Celso:¹³

A passagem das prerrogativas estamentais para os direitos do homem encontra na Reforma, que assinala a presença do individualismo no campo da salvação, um momento importante na ruptura com uma concepção hierárquica de vida no plano religioso, pois a Reforma trouxe a preocupação com o sucesso no mundo como sinal de salvação individual. Dessa ruptura da unidade religiosa deriva o primeiro direito individual reivindicado: o da liberdade de opção religiosa.

Pode-se situar a Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 como o marco da positivação do princípio da liberdade religiosa. Seus dizeres foram seguidos por inúmeras nações ocidentais, e essa tinha como premissa a não interferência na esfera individual do cidadão, o que foi evidenciado pelo princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Assim prevê a Primeira Emenda constitucional norte-americana:¹⁴

O Congresso não fará lei relativa à instituição de religião ou que proíba o livre exercício desta; ou restrinja liberdade de palavra ou de imprensa; ou o direito do povo de reunir-se pacificamente e de dirigir petições ao Governo para a reparação de suas lesões. [...]

¹² BREGA FILHO, Vladimir; ALVES, Fernando de Brito. **Da liberdade religiosa como direito fundamental**: limites, proteção e efetividade. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/03_611.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

¹³ CELSO, Lafer. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 121.

¹⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). **Constituição dos Estados Unidos da América, de 17 de setembro de 1787**. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/constituicoes/CUSAT.pdf>>. Acesso em: 01 set 2017.

Posteriormente, em 1789, o direito à liberdade religiosa foi reconhecido com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, elaborado durante a Revolução Francesa, que previu em seu décimo artigo que “ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.”¹⁵

Segundo Adragão¹⁶, as duas declarações se diferenciam substancialmente. O texto americano adota uma implicação positiva da religião, ressaltando sua convivência em sociedade. Por outro lado, a declaração francesa foca no anti-absolutismo liberal, retratando uma visão individualista do fenômeno religioso, concebendo a religião de maneira crítica e negativa.

Em decorrência do contexto de propagação da autonomia individual, e das concepções filosóficas que conduziram as primeiras Declarações de Direitos, os princípios da livre manifestação do pensamento, liberdade de expressão e liberdade de consciência foram se alastrando pelo Ocidente.¹⁷

O século XX foi o período mais próspero no que tange o reconhecimento da liberdade religiosa mundialmente. Tal princípio foi universalizado no século XX por quatro documentos internacionais, que são os principais diplomas que alicerçam a liberdade religiosa internacional. São eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e de Discriminação com base na Religião ou Crença (1981) e o Documento Final de Viena (1989).¹⁸

Válido transcrever o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que discorre:¹⁹

¹⁵ FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte Francesa. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**. Versalhes, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁶ ADRAGÃO, Paulo Pulido. **A liberdade religiosa e o Estado**. Coimbra: Almedina, 2002. p. 74.

¹⁷ ADRAGÃO, Paulo Pulido. **A liberdade religiosa e o Estado**. Coimbra: Almedina, 2002. p. 74.

¹⁸ VIEIRA, Nayara Lima; BRITO, Edson de Sousa. **Direitos fundamentais e a liberdade religiosa**. 2014. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3738>> Acesso em: 02 set. 2017.

¹⁹ SENA, Daniel. Artigo 18. In: DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos Comentada. Disponível em: <<https://www.direitocom.com/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/artigo-18o>> Acesso em: 04 set. 2017.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência, religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Na contemporaneidade, o ângulo central das discussões que rodeiam a liberdade religiosa é a laicidade, em favor do afastamento da Igreja em relação ao Estado. Em alguns Estados, porém, há o fortalecimento de conflitos de natureza religiosa, a exemplo dos choques entre palestinos e judeus que combatem por território, e das práticas discriminatórias advindas dos neopentecostais para com templos e adeptos de religiões de matrizes africanas.

Por outro lado, a liberdade religiosa alcançou status de princípio fundamental no âmbito internacional, garantindo-se aos crentes de toda natureza o auxílio e proteção dos organismos internacionais de proteção à pessoa e às minorias religiosas ante de atos de intolerância.

1.1.1 Consciência, culto, associação religiosa e comunicação das ideias religiosas

Concernente à liberdade religiosa, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, reconheceu quatro dimensões ali previstas, sendo elas a liberdade de consciência religiosa, também confundida com a de crença (artigo 5º, inciso VI, primeira parte), a liberdade de culto (artigo 5º, inciso VI, *in fine*), a liberdade de associação ou organização religiosa (artigo 5º, incisos XVII a XX), e a liberdade de comunicação das ideias religiosas (artigo 5º, IX, c/c artigo 220).²⁰

A liberdade de crença, no entendimento de José Afonso da Silva, integra não somente a autonomia de escolha ou mudança de religião, ou a permissão para aderir a qualquer seita religiosa, mas também a liberdade de não professar religião alguma, assim como a liberdade de descrença, de ser ateu, e de exprimir o agnosticismo.²¹ No entanto, não abarca a faculdade de obstruir o exercício livre de

²⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

²¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 251.

qualquer crença, “pois aqui também a liberdade de alguém vai até onde não prejudique a liberdade dos outros.”²²

A liberdade de culto consiste na capacidade, dada a cada cidadão, de exteriorizar suas crenças, através de práticas, cerimônias, reuniões e sujeição a determinados hábitos. É a autonomia de determinar o comportamento de acordo com a consciência religiosa, de autodeterminar-se segundo sua convicção. O culto pode ocorrer em espaços particulares ou abertos ao público, tais como igrejas, templos, ou mesmo ruas e praças. Trata-se de evolução histórica, visto que na época do Império, somente era autorizada a manifestação dos cultos da religião católica apostólica romana.²³

Como explicitado no artigo 5º da Constituição de 1824, os adeptos de outras religiões podiam apenas dedicar-se ao “culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”²⁴ No que diz respeito à liberdade de culto, José Afonso da Silva explica:²⁵

[...] a religião não é apenas sentimento sagrado puro. Não se realiza na simples contemplação do ente sagrado, não é simples adoração a Deus. Ao contrário, ao lado de um corpo de doutrina, sua característica básica se exterioriza na prática dos ritos, no culto, com suas cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidades aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida.

A liberdade de associação religiosa refere-se à possibilidade de criar e organizar igrejas, nelas permanecer ou delas se desligar, assim como suas relações com o Estado.²⁶ Para Iso Chaitz Scherkerkewitz:²⁷

²² SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

²³ SUIAMA, Sergio Gardenghi. **Limites ao exercício da liberdade religiosa nos meios comunicação de massa**. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dcomuntv/artigo-limites-ao-exercicio-da-liberdade-religiosa-nos-meios.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

²⁴ BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: <<http://ideg.com.br/constituicao-do-imperio-do-brasil-1824/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

²⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 252.

²⁶ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

²⁷ SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. O Direito de religião no Brasil. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 146, p. 55–72, mar., 1996. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

[...] o critério a ser utilizado para saber se o Estado deve dar proteção aos ritos, costumes e tradições de determinada organização religiosa não pode estar vinculado ao nome da religião, mas sim aos seus objetivos. Se a organização tiver por objetivo o engrandecimento do indivíduo, a busca de seu aperfeiçoamento em prol de toda a sociedade e a prática da filantropia, deve gozar da proteção do Estado.

Por fim, a liberdade de comunicação das ideias religiosas diz respeito à transmissão de catequeses a terceiros, também chamado proselitismo, com o propósito de convertê-los à religião daquele que faz a pregação.²⁸ Essa atividade de fazer fiéis ou prosélitos, através da divulgação ou propagação de ensinamentos religiosos por diferentes meios, em hipótese alguma pode se utilizar de instrumentos que violem direitos constitucionalmente tutelados.

Existe, portanto, uma união intrínseca entre consciência, culto, associação religiosa e comunicação de ideias religiosas. Os termos que estruturam o direito fundamental à liberdade religiosa se implicam de forma lógica, são correlatos e se pressupõem de modo que quando qualquer deles deixa de ser escudado, percebe-se comprometida a força normativa da própria Constituição.

1.2 A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras

Desde a ocupação do Brasil pelos portugueses, datada de 1500, até a instituição da primeira Carta Magna nacional, a Constituição brasileira de 1891, o Catolicismo era vigente na sociedade e considerado a Religião Oficial. O forte elo Estado – Igreja Católica dominava o mundo da época e, conseqüentemente, foi adotado pelo Estado brasileiro.²⁹

Durante o processo de colonização do Brasil, a Igreja auxiliou o Estado a colonizar a população da época através da catequização, sendo seus principais alvos os índios e os africanos. Esses últimos eram as principais vítimas da mão-de-obra escrava e ao adentrarem em território brasileiro trouxeram consigo diversas crenças e costumes, sobretudo no que concerne à religiosidade. Em nome da religião oficial, os clérigos tentavam reprimir as manifestações religiosas desses

²⁸ SUIAMA, Sergio Gardenghi. **Limites ao exercício da liberdade religiosa nos meios comunicação de massa**. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dcomuntv/artigo-limites-ao-exercicio-da-liberdade-religiosa-nos-meios.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

²⁹ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

povos, objetivando impor-lhes a crença e prática do Catolicismo. Portanto, no Brasil Colonial a liberdade religiosa era uma ilusão.³⁰

Já no Brasil Monárquico, com a Constituição Imperial de 1824, o Catolicismo seguiu sendo a religião oficial, porém houve avanços notáveis, pois eram toleradas as práticas de cultos, desde que os templos religiosos não apresentassem símbolos ostensivos em sua fachada e não praticassem suas crenças publicamente.³¹ De igual modo, a Constituição federal de 1824 deixou clara a regra de que ninguém poderia ser perseguido por motivo religioso, desde que não atentasse contra o estado e à moral pública.³² Assim, seu artigo 5º recebeu a seguinte redação:³³

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.

Ricardo Mariano elucida a questão, ensinando que:³⁴

Embora a Constituição de 1824, outorgada pelo imperador D. Pedro I, estabelecesse a Igreja Católica como 'religião do império' e, com isso, continuasse a lhe garantir inúmeras prerrogativas legais, ela estendeu o direito à liberdade religiosa às 'outras religiões', restringindo, contudo, sua liberdade de culto ao âmbito do espaço doméstico. Com essa restrição, a nova Carta Constitucional não permitia às outras religiões edificar templos e neles se reunir para cultuar suas divindades. Assim, conquanto não estivesse proibido pela Constituição, o culto público das outras religiões padecia de uma flagrante inferioridade jurídica perante o catolicismo, sendo juridicamente obstaculizado em sua competição com o catolicismo. Na verdade, nem se imaginava que essa competição pudesse vir a aflorar, visto que a interpretação corrente sobre a liberdade religiosa prevista na Constituição era extremamente restrita, abrangendo somente os imigrantes estrangeiros e seus cultos celebrados em língua estrangeira.

Na esteira da evolução, a Constituição Republicana de 1891 trouxe consigo a previsão de que o Brasil seria um Estado Laico, sendo uma resposta à vontade da sociedade e de algumas pessoas de renome, como o Mestre Ruy

³⁰ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

³¹ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

³² BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971. v. 2.

³³ BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: <<http://ideg.com.br/constituicao-do-imperio-do-brazil-1824/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

³⁴ MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 7.

Barbosa, que redigiu o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, separando definitivamente o Estado e a Igreja Católica Romana no Brasil³⁵, e a quem é atribuída a significativa epígrafe: “De todas as liberdades sociais, nenhuma é tão congenial ao homem, e tão nobre, e tão frutificativa, e tão civilizadora, e tão pacífica, e tão filha do Evangelho, como a liberdade religiosa.”³⁶

Assim, garantindo a liberdade não só de crença, mas também de culto, com o objetivo de assegurar a livre escolha, o artigo 72º, § 3º da Carta sobredita assim dispôs: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. Igualmente, seu artigo 2º anunciou a ampla liberdade de culto, enquanto os artigos 3º e 5º previram a liberdade de organização religiosa sem a intervenção do poder público.³⁷

Deste modo, a Constituição Republicana de 1891 teve significativa importância no que tange à religiosidade no Brasil e a laicidade do Estado, uma vez que foi pioneira em promover a separação entre Estado e instituições religiosas. Todas as Constituições que vieram posteriormente mantiveram a neutralidade característica de um Estado Laico, ainda que apenas hipoteticamente.³⁸

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, no que concerne à liberdade religiosa, em curto resumo, fez menção à figura de Deus em seu preâmbulo e reconheceu a liberdade de culto, desde que não contrariasse a ordem pública e os bons costumes da época.³⁹

A Constituição de 1937 determinou que a Liberdade Religiosa seria um direito comum a todos, trazendo como novidade a determinação de não intervenção

³⁵ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 111.

³⁶ MONTEMURRO, Danilo Gonçalves. **Não pode haver feriado religioso em um Estado laico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-out-05/nao_haver_feriado_religioso_estado_laico>. Acesso em: 24 out. 2017.

³⁷ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 112.

³⁸ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 112.

³⁹ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 113.

do Estado quanto à questões referentes à religiosidade. Thiago Massao Cortizo Teraoka leciona que “nos moldes das Constituições anteriores, a Constituição de 1937 previu que o Estado não estabelecerá, subvencionará ou embaraçará o exercício de cultos religiosos”⁴⁰ ou seja, também reconheceu a liberdade de culto. Não há, contudo, menção a Deus no preâmbulo.

A Constituição Federal de 1946 encampou a novidade da Constituição antecedente, porém trouxe outras mais. As organizações religiosas adquiriram a personalidade jurídica dos termos da lei civil, assim como houve a previsão da imunidade tributária, com relação aos impostos, para os “templos de qualquer culto”, “desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins”. Previu-se o estabelecimento de descansos remunerados, em dias de feriados religiosos, a possibilidade de efeitos civis ao casamento religioso e do ensino religioso facultativo nas escolas, entre tantas outras inovações.⁴¹ Assim, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 seguiu legitimando o direito à liberdade de culto, mas também apresentou grandes revoluções para efetuar seu exercício.

As Constituições da República Federativa do Brasil de 1967 e a de 1969 (que por alguns doutrinadores é considerada uma emenda à Constituição Federal de 1967), seguindo o modelo das Constituições anteriores, proibiram o Estado de estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos. Porém, há a previsão expressa de colaboração entre o Estado e as organizações religiosas no interesse público, especialmente nos setores educacional, assistencial e hospitalar. Em seu Capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais” há afirmação de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de credo religioso. Seguem as determinações da Constituição de 1946 quanto aos feriados religiosos, o casamento religioso de efeitos civis, a imunidade tributária dos templos de qualquer culto e o ensino religioso facultativo.⁴²

⁴⁰ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 113.

⁴¹ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 114.

⁴² TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 114.

Finalmente, a Constituição Federal de 1988 ampliou e beneficiou a liberdade religiosa, tirando sua subordinação à ordem pública aos bons costumes. Essa passou a ser considerada como direito e garantia fundamental ao indivíduo e encontra-se prevista no artigo 5º da Carta Magna.

A extensão da liberdade religiosa alcançou até os que não creem em uma divindade, os ateus. Continuou-se a colocação do Brasil como um Estado Laico, assegurando tratamento igualitário a todas as religiões e permitindo que os indivíduos as escolham livremente, ou simplesmente escolham não seguir nenhuma religião. Foi mantida a inviolabilidade de consciência e de crença, sendo agora assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Tais ocorrências podem ser observadas conforme se extrai da leitura da Carta Magna em discussão, no artigo 5º, *caput*, e incisos VI, VIII, e XLI:⁴³

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;[...]

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;[...]

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

Tamanha sua importância, a liberdade religiosa foi situada pelo legislador constituinte na categoria de cláusula pétrea, segundo disposição do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal, sendo que somente a implementação de uma nova Carta Magna poderá modificar tal circunstância.⁴⁴

A liberdade religiosa é o princípio jurídico fundamental que regula as relações entre o Estado e a Igreja em conformidade com o direito dos humanos e dos grupos de manter e propagar suas crenças religiosas, sendo o restante das

⁴³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁴⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

liberdades, princípios e direitos, em matéria religiosa, apenas auxiliares do princípio básico da liberdade religiosa⁴⁵.

Deste modo, tem-se que o Brasil é um Estado não confessional, visto que não impõe determinada religião como a ideal, limitando os direitos das demais, mas sim, assegura que cada pessoa escolha e partilhe publicamente suas crenças. Assim, cabe aos cidadãos o direito de fazerem suas preferências e o dever de respeitarem as predileções alheias, e ao Estado o dever de zelar pela obediência às disposições legais que se propõem a garantir esse direito.

1.3 A liberdade religiosa como direito fundamental

A Constituição Federal de 1988 prevê, no Título II, os direitos e garantias fundamentais, sistematizando-o em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.⁴⁶

Os teóricos comumente separam os direitos fundamentais em gerações ou dimensões, sendo que direitos de primeira geração ou dimensão referem-se às liberdades negativas clássicas, que ressaltam o princípio da liberdade, configurando os direitos civis e políticos. Por sua vez, os direitos de segunda geração ou dimensão asseguram o princípio da igualdade material entre o ser humano, estando ligadas às liberdades reais ou positivas. Por último, os direitos de terceira geração ou dimensão legitimam os princípios da solidariedade e fraternidade, sendo atribuídos a todas as formações sociais, não se destinando especificamente à proteção dos interesses individuais, de um grupo ou de um determinado Estado, mas tutelando interesses coletivos.⁴⁷

As duas primeiras dimensões que tratam, respectivamente, da liberdade e igualdade, possuem caráter particular, em detrimento do foco coletivo. A positivação dos direitos fundamentais é necessária para que não ocorram excessos, por parte dos governantes, no gozo de tais direitos pelos indivíduos. O cidadão possui direitos e deve ter pleno conhecimento deles para assim torná-los efetivos.

⁴⁵ SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional**. São Paulo: J. Oliveira, 2002. p. 97.

⁴⁶ BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2008.

⁴⁷ DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em: 03 abr. 2018.

Quanto ao conceito propriamente dito de direitos fundamentais, de acordo com o esclarecimento de José Afonso da Silva, a expressão que melhor os define é “direitos fundamentais do homem”. Nesse sentido é sua lição:⁴⁸

Direitos fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada a este estudo, porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive: fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente conhecidos, mas concreta e materialmente efetivados.

Segundo George Marmelstein, para se definir um direito como fundamental no Brasil, basta que ele tenha três características: aplicação imediata, ser cláusula pétrea e possuir hierarquia constitucional.⁴⁹ Já para Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, o direito fundamental é composto de três fatores: o bem jurídico tutelado por este direito, seu contexto histórico e o fato de estar na Constituição:⁵⁰

Para nós são direitos fundamentais aqueles pertinentes às pessoas visando o desenvolvimento máximo de suas potencialidades, promovendo a igualdade e a dignidade humana, assegurados pela Norma Fundamental que é a Constituição, mediante proteção especial.[...]. Importante lembrar a característica da historicidade dos direitos fundamentais, ou seja, decorrem de uma cadeia evolutiva, pois em determinada época se entenderá determinado direito, como é o caso da liberdade de religião, como fundamental, mas em outra, o mesmo direito não era reconhecido. Logo, os direitos fundamentais dependerão, necessariamente, do caráter histórico do Estado Nacional que os cunhou constitucionalmente.

A liberdade religiosa é um direito fundamental resguardado pelas Constituições de diversos Estados democráticos e, também, por relevantes declarações e tratados internacionais de direitos humanos. Enquadra-se como direito de primeira dimensão ou geração e sua importância é tal que a faz inserida na Lei maior do país, onde estabelece o compromisso do Estado com os cidadãos, que

⁴⁸ SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 17. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 178.

⁴⁹ MARMELESTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2009.

⁵⁰ OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. **A proteção constitucional e internacional do direito à liberdade de religião**. São Paulo: Verbatim, 2010. p. 46.

deve cuidar de assegurar a todos os indivíduos o livre exercício de qualquer religião.⁵¹

Portanto, a liberdade religiosa ajusta-se ao direito fundamental de primeira dimensão por nascer como liberdade oponível contra o Estado, como premissa para proteger o cidadão contra as intromissões daquele, lhe garantindo autodeterminação quanto à sua vida religiosa, o que seria, na lição de Celso Ribeiro Bastos, “por parte do Estado, um dever de não fazer, de não atuar, de abster-se, enfim, naquelas áreas reservadas ao indivíduo”.⁵² Deste modo, o indivíduo tem a possibilidade de escolher a religião que quer vincular-se, e lhe são garantidos os aspectos religiosos ligados a esse direito, tais como a liberdade de culto e liturgia.

Esta liberdade é um valor fundamental, pois assim é descrita na Constituição Federal do Brasil e faz parte não somente da vida do ser humano, mas da condição de humano. Aqueles que optam por não ter religião são alcançados pela liberdade de consciência que lhes garante o direito de não adotar uma fé. A liberdade religiosa é também um direito natural, nasce com o homem, que pode ansiar por ter algo que lhe transcende a existência e buscar tal resposta na religião, e se caracteriza de forma que os governantes e o Estado devem respeitar seu valor, aplicar a razoabilidade e interferir minimamente, de forma que somente em casos extremos é que tal liberdade pode ser cerceada.⁵³

Vale salientar que, apesar de sua pouca interferência, o Estado deve atuar facilitando o exercício da liberdade de crença, culto e organização religiosa de sua população, a exemplo de proporcionar medidas para que os cultos congressionais possam decorrer, tal como atenta Jorge Miranda.⁵⁴

A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor qualquer religião ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, e família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis.

Dessa forma, tem-se que direitos fundamentais são aqueles inerentes à condição de homem, que disciplinam e proporcionam a ele uma vida digna, e que

⁵¹ BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2008. p. 61.

⁵² BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 39.

⁵³ BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 39.

⁵⁴ MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional: direitos fundamentais**. 3. ed. rev., atual. Coimbra, 2000. p. 409.

igualmente atestam a opção política adotada pelo legislador. A liberdade religiosa está inserida em tal categoria por também constituir um valor intrínseco ao homem, devido a seu enquadramento na Constituição pátria, e por apresentar aspectos de direito fundamental, tais como hierarquia, ser cláusula pétrea e aplicação imediata.

1.4 A laicidade e a liberdade religiosa

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, apesar de ser expressamente laica, traz em seu preâmbulo a “proteção de Deus”, a colocação da liberdade religiosa na categoria de direito fundamental e a vedação de discriminação com as religiões.⁵⁵

Durante o Brasil colonial, no final do século XV, os portugueses impuseram sua religião aos habitantes que aqui estavam, e tal ordem permaneceu até 1891, ou seja, o Brasil passou muito mais tempo como um Estado Confessional do que como um Estado Laico. Desta forma, a ruptura integral com a religião católica, que tem grande influência na cultura e nas normas sociais, é quase inalcançável, e apesar de o Estado se declarar laico, muitas das pessoas que o dirigem e legislam são cristãs.⁵⁶

Quanto à liberdade religiosa, Alexandre de Moraes exalta sua conquista e reconhecimento, esclarecendo que:⁵⁷

A conquista constitucional da liberdade religiosa é verdadeira consagração de uma maturidade do povo, pois, como salientado por Themistocles Brandão Cavalcanti, é ela verdadeiro desdobramento da liberdade de pensamento e manifestação. A abrangência do preceito constitucional é ampla, pois sendo a religião o complexo de princípios que dirigem os pensamentos, ações e adoração do homem para com Deus, acaba por compreender a crença, o dogma, a moral, a liturgia e o culto.

Para que haja garantia concreta e real proteção da liberdade religiosa, o Estado não pode estar associado institucionalmente a nenhuma Igreja, o que formalmente ocorre no Brasil desde o Decreto nº 119, de 17 de janeiro de 1890, que

⁵⁵ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

⁵⁶ PIERRUCHI, Antônio Flávio. Cadê nossa diversidade religiosa? Comentários ao texto de Marcelo Camurça. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.) **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 49.

⁵⁷ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 47.

vigiu o regime de separação entre o Estado e a Igreja, e instaurou o Estado Leigo, ou Laico.⁵⁸

A laicidade está amparada no artigo 19 da Constituição de 1988, quando veda à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o estabelecimento, embaraçamento ou aliança com cultos religiosos ou igrejas. Seu conceito consiste em que.⁵⁹

[...] o Estado não professa nem favorece (nem pode professar ou favorecer) nenhuma religião; dessa forma, ele contrapõe-se ao Estado confessional – em que se inclui o assim chamado ‘Estado ateu’, considerando que este assume uma posição caracteristicamente religiosa, mesmo que seja em um sentido negativo. Dessa forma, seguindo a laicidade, o Estado não possui doutrina oficial, tendo como consequências adicionais que os cidadãos não precisam filiar-se a igrejas ou associações para terem o status de cidadãos e inexistente o crime de heresia (ou seja, de doutrinas e/ou interpretações discordantes e/ou contrárias à doutrina e à interpretação oficial).

Nessa seara de argumentações doutrinárias, e em análise do artigo 19 da Constituição Federal de 1988, extrai-se que o Estado não pode criar religiões ou seitas, nem fazer propaganda de natureza religiosa. Igualmente ficou vedado o emprego de dinheiro ou quaisquer outros bens para o exercício da atividade religiosa, e não se pode dificultar a prática, material ou psíquica, de manifestações religiosas. Finalmente, situada no final do inciso I do artigo supracitado, encontra-se a ressalva feita na colaboração de interesse público, que segundo a doutrina, deve ser geral, para que não haja qualquer tipo de preferência ou discriminação entre as religiões.⁶⁰

A laicidade estatal tem por elementos característicos a autonomia e a independência da autoridade civil no confronto com a autoridade religiosa, e a neutralidade e imparcialidade em matéria religiosa. Em complementação, Jacques Robert faz a adição de dois outros pontos, sendo estes o não reconhecimento de culto e a não-subvenção das religiões pelo Estado. Esse primeiro aduz que o Estado

⁵⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999

⁵⁹ LACERDA, Gustavo Biscaia de. Sobre as relações entre Igreja e Estado: conceituando a laicidade. In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. (Org.). **Ministério Público: em defesa do Estado laico**. Brasília: CNMP, 2014. v.1. p. 179-205. p. 181.

⁶⁰ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 229.

não pode reconhecer oficialmente um culto, o que não significa que deva desconhecer a existência das religiões.⁶¹

Por outro lado, a não-subvenção das religiões pelo Estado significa a supressão do serviço público da Igreja, e traz como exceções apenas as atividades que apresentem um caráter geral e que sejam exercidas sobre uma estrutura confessional, a contratação direta de certos serviços religiosos e a remuneração de ministros de culto quando prestem serviços às pessoas públicas.⁶²

Acerca do elo entre laicidade e liberdade religiosa, o relator Des. Cláudio Baldino Maciel, do Conselho da Magistratura de Porto Alegre, no Processo n. 0139-11/000348-0, fez uma significativa adição:⁶³

Ora, a laicidade deve ser vista, portanto, não como um princípio que se oponha à liberdade religiosa. Ao contrário, a laicidade é a garantia, pelo Estado, da liberdade religiosa de todos os cidadãos, sem preferência por uma ou outra corrente de fé. Trata-se da garantia da liberdade religiosa de todos, inclusive dos não crentes, o que responde ao caro e democrático princípio constitucional da isonomia, que deve inspirar e dirigir todos os atos estatais de acordo com um imperativo constitucional que não se pode desconhecer ou descumprir.

Sobre a laicidade, entende Manoel Gonçalves Ferreira Filho que vigora no Brasil o sistema de separação entre Igreja e Estado, sob a característica de uma moderada neutralidade, ainda simpática à religião e às igrejas. O autor enumera suas conclusões quanto à Constituição de 1988: a) a Constituição não é ateia, porque cita no preâmbulo o nome de Deus; b) a consagração como absoluta da liberdade de crença (artigo 5º, VI); c) separação entre Estado e Igreja (artigo 19, I); d) possibilidade de colaboração de interesse público; e) permissão da escusa de consciência (artigo 5º, VIII); f) garantia da liberdade de culto (artigo 5º, VI); g) proteção na forma da lei aos locais de culto e às suas liturgias; h) favorecimento das Igrejas ao conceder-lhes imunidade tributária.⁶⁴

⁶¹ ROBERT, Jacques. **Droits de l'homme et libertés fondamentales**. 5 ed. Paris: Montcherstein, 1993. p. 514-517.

⁶² ROBERT, Jacques. **Droits de l'homme et libertés fondamentales**. 5 ed. Paris: Montcherstein, 1993. p. 514-517.

⁶³ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Pleito Administrativo. **Processo n. 0139-11/000348-0**. Conselho da Magistratura. Interessados: Rede Feminista de Saude e Outros. Relator: Des. Cláudio Baldino Maciel. Porto Alegre, 06 de março de 2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-relator-materia-conselho.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁶⁴ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Religião, Estado e direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2002.

Assim, conclui-se que a laicidade do Estado não significa a ausência ou inimizade com a fé, mas sim a restrição de subvencionar uma religião ou de adotar alguma como oficial. O Estado assegura a liberdade de culto, mas recusa a intervenção em qualquer tipo de igreja, mantendo-se neutro, havendo total independência entre a religião e o Estado, sem entradas de um no domínio do outro.⁶⁵

A escolha da laicidade define que haja uma divisão entre o Estado e as religiões existentes no corpo social, cabendo-lhe se atentar e empenhar-se em oferecer tratamento igualitário a todos os credos, através da tutela e garantia ao livre exercício da fé, reprimindo a intolerância religiosa.

1.5 Liberdade religiosa versus liberdade de expressão

A Constituição Federal de 1988 definiu o conceito de liberdade quando tratou dos direitos fundamentais de cada cidadão brasileiro, especificamente no artigo 5º, onde: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”⁶⁶

Ao enumerar as garantias fundamentais, o artigo em discussão revela que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.”⁶⁷ Igualmente, a Carta Magna impõe que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”⁶⁸, e no tocante à liberdade religiosa, que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”⁶⁹ Logo, o Estado está

⁶⁵ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Religião, Estado e direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2002.

⁶⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁶⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁶⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁶⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

restringido a intervir na faculdade de os cidadãos pensarem e emitirem seus posicionamentos, como esclarece Alexandre de Moraes:⁷⁰

A liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também aquelas que possam causar transtorno, resistência, inquietar as pessoas, pois a Democracia somente existe a partir da consagração do pluralismo de ideias e pensamentos, da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo.

Assim sendo, a liberdade religiosa implica no direito de crer e de declarar publicamente aquilo que se crê, ainda que sua perspectiva divirja da ideologia, convicção ou religião alheia. Essa só existe de fato quando se é certificado seu aspecto externo e público, até porque a religião num contexto íntimo, em estado de pura reflexão e contemplação, não precisa de qualquer tutela do Estado, já que no simples pensamento sempre há liberdade. Por esta razão, a garantia de liberdade religiosa objetiva assegurar a possibilidade de o fiel viver e proclamar, com liberdade e de acordo com o que confia.⁷¹

É sabido que a liberdade de manifestação de pensamento visa proteger qualquer pessoa cujas opiniões possam, até mesmo, conflitar com as ideologias dominantes de um certo momento histórico, impedindo que caia sobre ela qualquer tipo de constrangimento, opressão ou de restrição de natureza política ou jurídica, levando em conta que todos devem ser livres para expor ideias, ainda que essas possam se mostrar em desconformidade com a linha de pensamento preponderante na sociedade.⁷²

Entretanto, em meio à vastidão de direitos fundamentais, outros possuem o mesmo nível de relevância da liberdade religiosa e igualmente devem ser protegidos e efetivados dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Assim, a prática da liberdade de expressão jamais poderá exhibir gestos de intolerância que ofendam valores fundamentais, ou amparar manifestações de pensamento contrárias à lei penal, devendo sempre ser ponderados quaisquer efeitos e prejuízos causados à sociedade por manifestações hostis.

⁷⁰ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 118.

⁷¹ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 195.

⁷² MELLO, Celso de. **Crime de Racismo e Anti-semitismo**: um julgamento histórico do STF, Habeas Corpus n. 82.424/ RS. Brasília: Jurídica, 2004. p. 198.

O embate entre a liberdade religiosa e a liberdade de expressão aparece quando ocorre um desentendimento entre doutrinas com visões inversas. Ao usar o direito à liberdade ideológico-religiosa, associado ao seu direito de divulgar a franqueza de seus pensamentos, consistente na liberdade de expressão, algumas pessoas e grupos se aproveitam de tal prerrogativa para vociferar hostilidades mascaradas de opiniões.

Alguns autores entendem que em um Estado democrático, sob a égide da liberdade de expressão, é possível opor-se fortemente a qualquer filosofia. Tal colocação, apesar de real e concreta, precisa ser melhor discutida para não tender ao desrespeito e violência gratuita. Sobre esse primeiro posicionamento, Schwartzman opina dizendo que:⁷³

[...] pessoas merecem respeito. Ideias não. [...] como o leitor já deve ter concluído, faço objeções fortes a teses religiosas, mas elas não se confundem com ataques a pessoas religiosas. [...] façam suas escolhas. só o que não vale é tentar calar o adversário.

Por sua vez, Alexandre de Moraes traz importante alerta com relação aos limites das liberdades, refletindo se estas são absolutas ou inquestionáveis, dizendo:⁷⁴

Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores, decorrentes inclusive de publicações injuriosas na imprensa, que deve exercer vigilância e controle da matéria que divulga.

Assim, o autor supracitado salienta que o direito à liberdade, seja ela de expressão ou religiosa, não é absoluta nem inatingível, mas deve ser utilizada com moderação por parte daquele que a opera, estando ciente de que o poder estatal é apto a intervir e censurar em casos mais graves.

Na mesma seara, o Código Civil pátrio, em seu artigo 187, indica que “comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou

⁷³ SCHWARTSMAN, Hélio. **Delírios divinos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u356210.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

⁷⁴ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.72.

pelos bons costumes.”⁷⁵ Infere-se do texto legal que a responsabilidade de cada cidadão o obriga a referir-se com respeito, cuidado e ética em todas as suas atitudes, incorrendo na punição de responder pelos danos que causar. E é nesse sentido que instrui Eugene Gaudemet ao afirmar que:⁷⁶

Os direitos existem em razão de uma certa finalidade social e devem ser exercidos na conformidade desse objeto. Todo direito se faz acompanhar de um dever, que é o de se exercer perseguindo a harmonia das atividades. A contravenção a este dever constitui abuso de direito.

Desta forma, é de fácil compreensão que, havendo o uso anormal de determinada liberdade, seja ela a liberdade de expressão ou a religiosa, estará caracterizado o abuso de direito, suscetível de repressão pelo Estado e cabendo ao ofendido reparação civil. Enquanto as verdadeiras opiniões – e não opiniões travestidas de ataques - permanecerem no plano da contestação ideológica de uma determinada crença religiosa, tal postura estará inserida no direito à liberdade de expressão. Porém, quando o discurso atacar a integridade moral ou pessoal de qualquer cidadão ou instituição, desclassificando-o pela sua filosofia, haverá a incidência de uma postura discriminatória e abominável, digna de rechaço.

1.6 A liberdade religiosa como essência da dignidade da pessoa humana

Acredita-se que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possua laços estreitos com a religião. Certos doutrinadores, como Jónatas Eduardo Mendes Machado, compreendem que os direitos humanos emergem de uma visão cristã do mundo. Este jurista e professor, acompanhando a visão do filósofo Tomás de Aquino, declara que a concepção de dignidade encontra seu fundamento na circunstância de que o ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus e radica na capacidade de autodeterminação inerente à natureza humana.⁷⁷ Partindo dessa premissa, é possível afirmar que o homem possui dignidade e essa deve ser tutelada.

⁷⁵ BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

⁷⁶ GAUDÉMET, Eugène. **Théorie générale des obligations**. Paris: Sirey, 1965. p. 318.

⁷⁷ MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Estado constitucional e neutralidade religiosa**: entre o teísmo e o (neo) ateísmo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 37

Em contraponto, Sarlet⁷⁸ evidencia que a ideia de dignidade da pessoa humana parte do pressuposto de que o homem, em virtude meramente de sua condição humana e independente de qualquer outra razão, é titular de direitos que devem ser vistos e respeitados por seus semelhantes e pelo Estado. Essa é de origem transcendente e qualidade universal própria do homem, que gera uma pretensão coletiva de reconhecimento, cuidado e respeito, tendo como destinatários todos os cidadãos e todas as formas de poder político e social.

Historicamente, a dignidade da pessoa humana ao longo dos séculos foi interpretada através de vários prismas. Na Idade Média, por exemplo, já existia o termo “dignidade”, mas estava vinculado a um status pessoal, diferentemente do conceito adotado na contemporaneidade. Naquela época, a palavra era usada para refletir uma posição social ou política, assim como para graduar determinadas instituições, como comprovação da supremacia dos seus poderes, a exemplo do Estado ou Coroa. O entendimento de dignidade da pessoa humana verificada atualmente teve sua importância disseminada apenas com o Iluminismo, marcado pela busca da razão, conhecimento e liberdade.⁷⁹

Após a Segunda Guerra Mundial, frente às barbaridades e violência do período, verificou-se a necessidade de o valor da dignidade da pessoa humana ser seriamente discutido pelas nações e essa acabou por ser consagrada pela Declaração Universal da ONU de 1948, que a acolheu como centro orientativo dos direitos⁸⁰ e fonte de inspiração de textos constitucionais posteriores. Igualmente, foi inserida de forma expressa em Constituições de diversos países, sendo no Brasil tida como fundamento constitucional, conforme disposição do artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união

⁷⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 37.

⁷⁹ BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 13.

⁸⁰ PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e princípio da dignidade humana. In: LEITE, George Salomão (Org.). **Dos princípios constitucionais**: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 141-156. p. 188

indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a dignidade da pessoa humana.”⁸¹

O reconhecimento da existência da dignidade humana e seu posicionamento como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, fazendo-a encarregada da função de regra jurídica, conforme José Afonso Silva, “é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem.”⁸² Desta forma, é um valor consagrado como verdadeiro princípio estruturante do sistema jurídico de declaração dos direitos básicos que amparam a generalidade das pessoas e dos grupos humanos.

Por sua vez, cumpre destacar que a noção contemporânea de dignidade humana tem bases filosóficas e religiosas e, segundo Barroso⁸³, “se assenta sobre o pressuposto de que cada ser humano possui um valor intrínseco e desfruta de uma posição especial no universo”.

Seguindo o mesmo raciocínio, Sarlet expõe um conceito sobre a dignidade da pessoa humana:⁸⁴

Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.

Em reflexão ao conceito, ao tomar-se que esse princípio constitucional oportuniza ao homem ter o domínio da sua própria presença humana e da vida em coletividade, a religião encontra-se ligada a ele em dois âmbitos: o primeiro no sentido de possibilitar ao indivíduo eleger sua fé, essa que possui uma relação

⁸¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁸² SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 17. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 105.

⁸³ BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 14.

⁸⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 73

intrínseca com suas escolhas, o possibilita uma vida sadia e também intervém em seu modo de pensar ou agir. E em um segundo aspecto, propicia a convivência em sociedade, devido às normas sociais, contribuindo também para que o indivíduo possa estar inserido em comunidade.

A religião tem como uma de suas premissas e funções auxiliar na elaboração de normas sociais para a partir delas trazer a concordância social. Ela se faz necessária à harmonia em sociedade, e também ao homem, como um meio de proporcionar amparo, buscar plenitude interior e motivação para crescer e evoluir, sendo uma verdadeira força movente.⁸⁵

Entre os diversos conceitos de liberdade religiosa, é relevante o contido na Declaração Dignidade Humana e sobre a Liberdade Religiosa, do Papa Paulo VI, em 7 de Dezembro de 1965, como resultado do Concílio Vaticano II, em que menciona a própria dignidade da pessoa humana:⁸⁶

A pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil.

Uma vez estabelecida a relação da religião com a dignidade da pessoa humana, sua relevância e a necessária tutela já estabelecida como direito fundamental, sabe-se que sua positivação na Constituição Federal de 1988 se dá por intermédio do princípio da liberdade religiosa. Esse princípio, como defende Odebrecht⁸⁷ não é absoluto, e “deve se submeter ao princípio da dignidade da pessoa humana, sendo esta premissa para uma real liberdade religiosa,” já que quaisquer discursos religiosos que aflijam o homem em sua dignidade, configuram

⁸⁵ RAMOS, Marcelo. Direito e religião: reflexões acerca do conteúdo cultural das normas jurídicas. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 5, n.1, p.49-76, jan./jun., 2010.

⁸⁶ PAULO VI. **O problema da liberdade religiosa na actualidade**. Vaticano, 07 dez. 1965. 1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁸⁷ ODEBRECHT, Luciano. **Liberdade religiosa**. Londrina. Redacional, 2008. p. 22.

capricho e violência, não devendo ser considerados manifestações de liberdade religiosa.

Assim, tem-se que liberdade religiosa e dignidade da pessoa humana são locuções que caminham juntas, sendo essa segunda uma garantia de que o indivíduo não será objeto de ofensas e humilhação devido à fé que professa, e que o Estado busque garantir a respeitabilidade de todos, inclusive das minorias, propiciando que toda a sociedade possa conviver em possível harmonia e equilíbrio.

2 A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA E O POSICIONAMENTO BRASILEIRO

O Direito Internacional possui significativa relevância para o presente estudo, principalmente no que toca aos tratados internacionais que o Brasil é signatário, isto é, aqueles que possuem aplicabilidade no plano jurídico interno.

De acordo com as pesquisas realizadas no decorrer do trabalho, percebe-se que muitos Estados ao redor do mundo incluíram a liberdade religiosa em suas Constituições, ou em normas infraconstitucionais, moderando-a apenas nos casos em que confronte a ordem pública, ou quando da prática de uma religião decorrerem atos contrários à lei. Assim, o presente capítulo presta-se a apontar quais os documentos internacionais foram criados visando a tutela da liberdade religiosa, e seus reflexos na ordem jurídica dos Estados signatários, focalizando o Brasil.

É sabido que em consequência das barbaridades praticadas durante a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos passaram a simbolizar um dos tópicos essenciais do Direito Internacional contemporâneo. O regime de terror deixado pela Guerra e o Holocausto, onde às pessoas era dado tratamento brutal, fez surgir uma necessidade de reconstrução do valor dos direitos fundamentais do homem.⁸⁸ Houve um paulatino processo de universalização desses que originou uma normatividade internacional de sua proteção, consolidada em diversos tratados. Esses tratados internacionais compõem o chamado “Direito Internacional dos Direitos Humanos”, um campo do Direito bastante atual, definido pela jurista Flávia Piovesan como o “direito do pós-guerra, nascido como resposta aos horrores cometidos pelo nazismo.”⁸⁹

Os compromissos internacionais pactuados por diferentes Estados para a promoção e a defesa de direitos humanos fundamentais, juntamente com a fundação de organismos supranacionais, propiciaram a ascensão de uma rede global de proteção à liberdade religiosa, que passou a ter significativa notoriedade na problemática dos direitos humanos e representa uma conquista hodierna.⁹⁰

⁸⁸ PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 37.

⁸⁹ PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 38.

⁹⁰ ALVES, Othon Moreno de Medeiros. **Liberdade religiosa institucional: direitos humanos, direito privado e espaço jurídico multicultural**. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_16285-1522-5-30.pdf?090519171726>. Acesso em: 15 out. 2017.

A religião é citada no próprio documento fundador da Organização das Nações Unidas, a Carta das Nações Unidas de 1945, que solidificou o movimento de internacionalização dos direitos humanos e objetivou a difusão pelo mundo do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais dos indivíduos, sem distinção de língua, sexo, raça ou religião.⁹¹ O artigo 1º da Carta expõe que:⁹²

Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz [...].

Outro marco importante para o entendimento atual da liberdade religiosa foi a adoção, em 1948, pelas Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos, com o consequente surgimento de um Sistema Universal de Direitos Humanos. Esse instrumento trouxe tanto direitos civis e políticos como direitos econômicos, sociais e culturais, além de ter provocado um grande impacto nas Constituições, legislações e jurisprudências nacionais.⁹³

Posteriormente, surgiram outros documentos importantes para a consolidação da liberdade religiosa como um valor intrínseco à dignidade do homem, e portanto merecedora de respeito e proteção, tais como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas e a Declaração de Princípios sobre a Tolerância.

Na medida em que a liberdade religiosa é reconhecida em fontes normativas internacionais como um direito essencial do homem, sua violação passa a ser indagada em esfera internacional. De outro modo, essa mesma previsão de seu conteúdo em tratados internacionais, quando assinados e ratificados por um determinado país, obriga seus magistrados a conhecerem e aplicarem tais

⁹¹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 900.

⁹² BRASIL. **Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

⁹³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 2000.

legislações, inclusive, confrontando atos e leis internas, com a legislação e jurisprudência internacional.⁹⁴

No período contemporâneo em que se insere a comunidade internacional, foi-se determinado que essa possui dever de responsabilidade no que concerne à garantia dos direitos humanos. Desta forma, um país que não protege sua população contra violações graves de direitos humanos deve aceitar que a comunidade internacional o faça, uma vez que tais transgressões deixaram de ser matéria individual dos Estados.⁹⁵

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 delimitou que suas garantias e direitos expressos "não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos pactos internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."⁹⁶ Desta maneira, os direitos contidos nos Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil compõem a relação de direitos tutelados constitucionalmente.

Sendo signatário de vários tratados e convenções de direitos humanos, o Brasil acolheu a tutela da liberdade religiosa como direito fundamental e decorrente da dignidade da pessoa humana, o que constituiu relevante evolução na matéria da proteção dos direitos fundamentais, especialmente quanto ao direito de liberdade de consciência e religiosa.⁹⁷

Outro tratado significativo assinado pelo Brasil é o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), ratificado em 25 de setembro de 1992. Seu artigo 12º dispõe inteiramente sobre a liberdade religiosa, abrangendo suas manifestações e limitações.⁹⁸

⁹⁴ TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa**: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁹⁵ TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa**: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁹⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁹⁷ TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa**: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁹⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José: OEA, 1969. Disponível em:

1 Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.

2 Ninguém pode ser submetido a medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.

3 A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

4 Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

O fato de o Brasil haver assinado e homologado tratados internacionais de direitos humanos enseja que os magistrados brasileiros compreendam e apliquem os dispositivos internacionais sobre o tema, assim como cogitem a jurisprudência de tribunais internacionais. A forma de garantir a aplicação interna das convenções internacionais se dá pelo controle de convencionalidade feito pelo juiz brasileiro.⁹⁹

O conteúdo do direito à liberdade religiosa, apesar de sua expansão e intensos avanços, ainda se encontra em constante estruturação, tanto no âmbito interno brasileiro, quanto no domínio internacional. A ligação entre Estado e religião não pode se orientar na direção de soluções prontas e definitivas, visto que o compromisso e a atuação do Estado devem se pautar nas circunstâncias do local, e na forma com que a sua população se conecta com a religião, o que claramente demonstra a alta complexidade dessa relação.¹⁰⁰

O Brasil comprometeu-se a lutar contra a intolerância religiosa, empregar e disseminar o respeito ao exercício da liberdade religiosa, acolhendo todos os credos que estão em seu território, especialmente as religiões minoritárias, como as de matrizes africanas, e sua sociedade seria bastante beneficiada com a

<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

⁹⁹ TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa**: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁰⁰ TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa**: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

consideração da jurisprudência internacional sobre o tema para a concretização da proteção dessas religiões.

2.1 A liberdade religiosa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

A Revolução Francesa causou intensas transformações não somente em seu país de origem, mas em toda a Europa da época, servindo de exemplo para diversas nações. Influenciada pelos ideais iluministas e pela situação política, social e econômica do período, a inserção da classe burguesa na política e a substituição da monarquia absoluta pela parlamentar, descentralizando o poder do rei, foram suas características mais marcantes.¹⁰¹

Uma das maiores heranças que a Revolução deixou para o mundo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada em 1789. Trata-se de um dos principais documentos da história garantidores de direitos essenciais do homem, sendo um verdadeiro guia para as democracias ao redor do mundo. Suas disposições contribuíram com grande intensidade para a difusão dos direitos humanos no continente europeu, e seus princípios foram seguidos por quase todas as constituições conhecidas, o que lhe rendeu um patamar de notoriedade no âmbito das realizações humanas.¹⁰²

É nítida a importância da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na construção do direito à liberdade religiosa e sua influência nos dias atuais, posto que foi a primeira Carta a tratar do assunto, confirmando o direito de se possuir qualquer opinião religiosa, desde que não prejudicasse a ordem. Portanto, serviu como inspiração e incentivo para a elaboração de outras, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948.¹⁰³

¹⁰¹ CALDEIRA, Giovana Crepaldi. Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. **Encontro de Iniciação Científica**, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2019/2164>>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁰² FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte Francesa. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**. Versalhes, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁰³ CATANA, Thiago Oliveira; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Liberdade religiosa é um direito absoluto que deve ser mantido**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-out-21/liberdade_religiosa_mantida_todo_custo>. Acesso em: 22 out. 2017.

Com a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os constituintes buscaram conceder segurança jurídica aos cidadãos acerca de seus direitos, para que esses pudessem cobrar sua observância, uma vez que adquiriram ciência de sua existência e exigibilidade. Os princípios iluministas da Declaração tiveram como base a liberdade e igualdade perante a lei, a defesa inalienável à propriedade privada e o direito de resistência à opressão. Concentrando-se mais nos direitos políticos, referentes à igualdade de participação política, e nos direitos sociais, uma de suas características mais marcantes foi a liberdade e a introdução de outros direitos básicos como dignidade e justiça, na busca pela paz.¹⁰⁴

Ao tratar das liberdades, o documento garantiu a liberdade de culto, consciência e expressão, explicando, em seu artigo 10 que “ninguém pode ser inquietado pelas suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, contanto que a manifestação delas não perturbe a ordem pública estabelecida pela Lei.”¹⁰⁵ Desta forma, com o fim de salvaguardar os direitos de todos os indivíduos, praticantes ou simpatizantes das mais diversas religiões, lhes foram estipuladas imunidades e direitos, assim como fez a Constituição brasileira de 1988.

2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 alinha uma série de direitos considerados fundamentais para o homem. Apesar de desprovida de força jurídica obrigatória, tornou-se uma recomendação a ser seguida por todos os Estados, e acabou por consagrar a ideia de direitos humanos como um tema mundial. Dezoito anos após, em 1966, o desejo de progredir no cumprimento da Declaração de 1948 resultou em dois pactos internacionais, o Pacto Internacional

¹⁰⁴ CABRAL, Alex Ian Psarski. A proteção internacional ao direito à liberdade de consciência: o sistema da ONU e o sistema europeu de proteção aos direitos do homem. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Belo Horizontev. 5, p. 01-33, 2009. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/alex_cabral.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁰⁵ FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte Francesa. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**. Versalhes, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.¹⁰⁶

O principal fito da Declaração Universal é “consagrar o reconhecimento universal dos direitos humanos pelos Estados”, bem como fazer com que estes incorporem em suas Constituições os direitos nela previstos.¹⁰⁷ O Preâmbulo da Declaração aponta que:¹⁰⁸

[...] a Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente ‘Declaração Universal dos Direitos do Homem’ como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Dentro das liberdades abordadas na Declaração Universal de 1948, está a liberdade religiosa. Nesse norte, o artigo 18 da Declaração versa particularmente sobre o assunto:¹⁰⁹

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Publicada poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal de 1948 ensejou, em seu artigo 18, possibilitar o livre pensamento e a liberdade de consciência e religiosa a todos os indivíduos, com o claro temor que tais direitos fossem deturpados e tomados como justificativa para a

¹⁰⁶ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 78.

¹⁰⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 147.

¹⁰⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 22 out. 2017.

¹⁰⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 22 out. 2017.

intolerância e perseguição, como ocorrido anteriormente com os judeus no Holocausto.¹¹⁰

A estipulação da Declaração Universal de Direitos Humanos quanto à liberdade religiosa é bastante esclarecedora, mostrando que essa possui outras quatro ramificações, sendo estas a liberdade pública e privada, a liberdade individual e coletiva, a liberdade de ensino religioso, e a liberdade de prática, ritos e cultos religiosos.¹¹¹

No que tange à liberdade religiosa, o diploma em testilha não se limitou ao artigo 18, visto também haver previsão acerca da proibição de discriminação religiosa (artigo 2º), a liberdade religiosa ao contrair matrimônio (artigo 16) e a aceitação do papel da religião como gênero de instrução das crianças, desde que respeitado o direito de escolha dos pais (artigo 26).¹¹²

Com o tempo, percebeu-se que a despeito de a Declaração Universal de 1948 ter servido de modelo e estímulo para a instituição de outras normas internacionais e nacionais relativas a direitos humanos, essa precisava de maior dimensão técnico-jurídica. Assim, planejando meios de colocar em prática os direitos civis e políticos já consagrados, foram criados os chamados Pactos de Nova York de 1966, que dividem-se no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.¹¹³

Quanto ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, esse foi aprovado e aberto à subscrição e adesão em 19 de dezembro de 1966, entrando em vigor em 23 de março de 1976. Foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. De início, seu Preâmbulo logo aponta os direitos individuais derivados da dignidade

¹¹⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 149.

¹¹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 22 out. 2017.

¹¹² ALVES, Othon Moreno de Medeiros. **Liberdade religiosa institucional**: direitos humanos, direito privado e espaço jurídico multicultural. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_16285-1522-5-30.pdf?090519171726>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹¹³ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 912.

humana, enfatizando a importância do respeito a tais direitos para que a liberdade, a justiça e a paz no mundo sejam alcançadas.¹¹⁴

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos compõe-se de seis partes, entre as quais são distribuídos os 53 artigos que o constitui. Suas linhas mestras, porém, encontram-se traçadas nos 27 primeiros artigos, sendo algumas delas referentes à autodeterminação dos povos, igualdade de direitos entre homens e mulheres, proibição da escravidão, repúdio à torturas, penas e tratamentos cruéis, garantia do juízo natural, e outras.¹¹⁵

Entre esses direitos tutelados pelo Pacto está o direito à liberdade religiosa, garantido em seu artigo 18:¹¹⁶

1 Toda pessoa terá direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.

2 Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.

3 A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas a limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

4 Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Da interpretação do artigo supracitado, percebe-se que comparado à Declaração Universal de 1948, o Pacto de 1966 inovou ao trazer os limites em que a liberdade de manifestar a religião pode ser limitada. A alínea 3 observa que unicamente as restrições encontradas em lei, ou as que sejam necessárias para garantir a ordem, segurança e a moral pública é que poderão justificar a contenção do direito à liberdade religiosa. Assim, resta explicitada a obrigação positiva do Estado de garantir aos seus cidadãos a liberdade religiosa, e a obrigação negativa

¹¹⁴ JUBILUT, Lílilana Lyra. Os pactos internacionais de direitos humanos. In: ALMEIDA, Guilherme Assis de; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (Coord.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos: instrumentos básicos**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 25-39.

¹¹⁵ BRASIL. **Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm> Acesso em: 20 out. 2017.

¹¹⁶ BRASIL. **Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

de não interferir nas suas esferas individuais, salvo quando sucederem ocorrências que abalem a ordem pública.¹¹⁷

Uma anterior previsão constitucional e legal, juntamente com a imprescindibilidade de proteção de um legítimo interesse de segurança nacional gravemente ameaçado ou infringido e a falha de meios de controle democráticos, são exigências para a possibilidade de a liberdade religiosa ser lícitamente limitada. Tais requisitos devem ser expressos, cumulativos e interpretados de forma restritiva, sob o risco de que os instrumentos internacionais de proteção sejam usados como meios de opressão às comunidades ou instituições religiosas.¹¹⁸

Com a elaboração do Pacto e a ratificação do mesmo pelos Estados signatários, esses ficam compelidos a desenvolverem maneiras para que os direitos previstos sejam garantidos aos que estiverem sob seu poderio. O Pacto também evoluiu em relação à Declaração Universal de 1948 ao se pronunciar quanto às minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, assegurando essas de professarem e praticarem sua própria religião e usarem sua própria língua, possuindo, assim, sua própria vida cultural, como aduz o artigo 27.¹¹⁹

Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Desta forma, ao reservar dois artigos ao direito à liberdade religiosa, o Pacto corrobora a importância de asseverar que cada pessoa tenha sua liberdade de consciência, crença e culto acobertados pelo seu Estado, e quando esse a frustrar, que possa recorrer à proteção de seus direitos no âmbito internacional. Essa proteção global se dá mediante atuação de mecanismos de fiscalização explicitados

¹¹⁷ MOURA, Raquel Cristina Santos. **A contribuição do direito internacional na proteção do direito à liberdade religiosa**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_2/raquel_moura.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹¹⁸ MOURA, Raquel Cristina Santos. **A contribuição do direito internacional na proteção do direito à liberdade religiosa**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_2/raquel_moura.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹¹⁹ BRASIL. **Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm> Acesso em: 20 out. 2017.

no próprio Pacto, e no mecanismo de petições individuais dado pelo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.¹²⁰

Em conclusão, com a elaboração da Declaração Universal de 1948 e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o direito à liberdade religiosa galgou ao patamar de relevância e discussão mundial. Igualmente, constituíram valiosos instrumentos para a proteção de tal direito que, embora reconhecido nestes e em outros tratados internacionais e, muitas vezes na própria legislação interna e constitucional dos países signatários, é ainda necessitado de efetiva absorção na cultura do povo brasileiro.

2.3 A Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções

A Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1981, é composta por oito artigos que cuidam especificamente de apreciar a liberdade religiosa.¹²¹

Esse diploma normativo relembra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos proclamaram os princípios da não discriminação e da igualdade perante a lei, e o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião e de convicção, além de alertar para o fato de sua violação estar direta ou indiretamente ligada à origem de grandes conflitos, guerras e sofrimentos causados aos homens, podendo instigar o ódio entre povos e nações.¹²²

Em importante colocação, seu Preâmbulo frisa que a religião ou as convicções, para quem as professa, constituem um dos elementos basilares da

¹²⁰ MOURA, Raquel Cristina Santos. **A contribuição do direito internacional na proteção do direito à liberdade religiosa**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_2/raquel_moura.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹²¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**. 1981. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_7.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²² OBERVATÓRIO JURÍDICO DA LIBERDADE RELIGIOSA. **Legislação Internacional**: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<http://observatorio.direitoereligiao.org/p/legislacao-do-mundo.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

concepção de vida da pessoa, e que portanto devem ser plenamente respeitadas e garantidas.¹²³

A Declaração traz duas contribuições novas e significativas quanto ao tratamento da liberdade religiosa, ao considerar a discriminação entre os seres humanos por motivo de religião ou de convicções religiosas uma grave ofensa à dignidade humana, e ao incluir no rol da liberdade religiosa, em seu artigo 6º, a liberdade de organização religiosa sem a interferência dos Estados, a liberdade de escrever, publicar e difundir publicações sobre a religião ou convicção, a liberdade de ensinar a religião ou as convicções, entre outras liberdades.¹²⁴

Os direitos registrados nos diplomas internacionais devem ser outorgados na legislação nacional, onde todos os estados têm que ser compelidos a decretarem leis garantidoras e desenvolverem meios com o propósito de proibir todo e qualquer preconceito, hostilidade e intolerância por motivos ou convicções religiosas. Desta forma, ensejando a rápida erradicação da intolerância religiosa em todas as suas formas e para proteger as convicções básicas e íntimas do ser humano, que a Declaração em questão foi anunciada.

2.4 A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas

Motivada pelos preceitos do artigo 27 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos Relativos aos Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas e Linguísticas, esta Declaração, formada por nove artigos, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1992, pela Resolução 47/135.¹²⁵

Do Preâmbulo destaca-se a reafirmação da fé nos direitos humanos fundamentais, no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações. Ao lado disso, a declaração explicitou que a

¹²³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**. 1981. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_7.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**. 1981. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_7.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. 18 dez.1992. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm> Acesso em: 24 out. 2017.

promoção e proteção dos direitos e identidade das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas através de medidas adequadas, contribuem para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas, bem como contribuem para o reforço da amizade e cooperação entre povos e Estados.¹²⁶

Calcada no valor moral e espiritual da dignidade humana, a Declaração em tela pretende rechaçar qualquer tipo de opressão e perseguição fundamentada na raça, idioma ou religião de alguém. Quanto às minorias religiosas, protege “o direito de professar e praticar sua própria religião e de manter contatos transfronteiriços com pessoas da mesma religião.”¹²⁷ Em perspicaz explanação, a autora Adriana Carneiro Monteiro disserta sobre tais minorias:¹²⁸

Os direitos das minorias são regidos pelo princípio da igualdade e não discriminação, não havendo delimitação de um conjunto mínimo de direitos. Possível é observar que, além dos direitos comuns a todas as pessoas (como direito à vida, liberdade de expressão, direito de não ser submetido à tortura, entre outros), as minorias têm certos direitos básicos - direito à existência, direito à identidade e direito a medidas positivas. [...] As pessoas pertencentes a grupos minoritários devem ter o direito de desenvolver, individualmente ou com os demais membros do grupo, suas manifestações culturais, como traço distintivo de seu modo de ser. Desse modo, os Estados devem dar apoio às minorias em equilíbrio com o apoio conferido à maioria da população. Os direitos das minorias, também englobados nos direitos sociais e culturais, exigem uma participação eficaz do Estado em seu processo de implementação.

Em breve resumo, seus principais artigos assinalam que as minorias têm o direito de fruir de sua própria cultura, religião e língua livremente, em privado e em público, sem interferência ou qualquer forma de discriminação, assim como podem participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública do país em que estão inseridas. Os Estados devem adotar as medidas necessárias a fim de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer plenamente todos os seus direitos e liberdades dignamente e em plena igualdade perante a lei, além

¹²⁶ RANGEL, Tauã Lima Verdan. Apontamentos à Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas: Comentários à Resolução da ONU nº 47/135. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 25 set. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.54447&seo=1>>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹²⁷ OBERVATÓRIO JURÍDICO DA LIBERDADE RELIGIOSA. **Legislação Internacional**: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<http://observatorio.direitoereligiao.org/p/legislacao-do-mundo.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹²⁸ MONTEIRO, Adriana Carneiro et al. **Minorias étnicas, linguísticas e religiosas**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/minorias.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

de criar condições benéficas que as permitam manifestar suas particularidades e desenvolver a sua cultura, a sua língua, religião, tradições e costumes. Também, os Estados deverão adotar medidas no âmbito da educação, com o propósito de estimular o conhecimento da história, das tradições, da língua e da cultura das minorias existentes no seu território, além de considerarem a possibilidade de ações que permitam a participação plena destas pessoas no desenvolvimento econômico do país.¹²⁹

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas aspira certificar que as minorias se sintam livres e confortáveis na localidade em que estão inseridas, mas principalmente em um ambiente onde sua crença não seja a preponderante, e que não sejam impedidas de praticar sua religião, sendo importante instrumento na fortificação da tentativa de universalidade do direito à liberdade religiosa.

2.5 A Declaração de Princípios sobre a Tolerância

Outro importante documento legislativo internacional que reforça o dever de proteção do direito à liberdade religiosa é a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, ratificada em 16 de novembro de 1995 pela Conferência Geral da UNESCO em Paris. Seu cerne foi a tomada de medidas necessárias para a propagação da tolerância nas sociedades, visto esta ser condição necessária para a paz e evolução social e econômica de todos os povos.¹³⁰

É composta por um Preâmbulo e seis artigos. Do estudo do Preâmbulo verifica-se a preocupação em eliminar todo tipo de intolerância da sociedade mundial, devido à intensificação dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, ao terrorismo, à xenofobia, ao nacionalismo agressivo, ao racismo, ao antissemitismo, à exclusão, à marginalização e à discriminação contra minorias nacionais. Igualmente, ressalta que é de responsabilidade dos Estados membros estimular o respeito aos

¹²⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. 18 dez.1992. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹³⁰ FERNANDES, Júlio César Lima. **Princípios sobre a tolerância: uma urgência contemporânea**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/principios-sobre-a-tolerancia-uma-urgencia-contemporanea/67163>>. Acesso em: 24 out. 2017.

direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem qualquer distinção de raça, sexo, língua, nacionalidade ou religião.¹³¹

A principal particularidade da Declaração de Princípios da Tolerância encontra-se no fato de todo o seu conteúdo ser baseado na importância de que se alcance uma sociedade tolerante. A tolerância concede ao homem a liberdade de escolher e proclamar suas opiniões mais profundas e a aceitação que os demais igualmente usufruam de tais faculdades. Trata-se não somente de um dever ético, mas de uma prática imprescindível, porque oferece ao homem o reconhecimento dos direitos globais de si mesmo e do outro. Seu conceito não deve ser confundido com condescendência, concessão ou indulgência, estando sua definição no artigo primeiro da Declaração:¹³²

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e de justiça. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

A Declaração alerta para o fato de que se a intolerância não for combatida, suas consequências alcançarão nível mundial, visto que devido à globalização, não há lugar no mundo onde a diversidade inexista. Assim, traz uma série de propostas a serem aplicadas, tais como programas de educação e conscientização dos direitos e liberdades fundamentais, a atitude de imparcialidade e justiça dos Estados na legislação, na aplicação da lei e no exercício dos poderes judiciário e administrativo, a ratificação de convenções internacionais relativas aos direitos humanos, e até mesmo a criação de

¹³¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: Unesco, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017

¹³² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: Unesco, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017.

legislações que garantam igualdade de tratamento aos diferentes grupos da sociedade.¹³³

Ao final da Declaração, os Estados Membros da Organização das Nações Unidas se comprometem a difundir a não violência e a tolerância através da adoção de eventos e programas de conscientização no campo da educação, ciência, cultura e comunicação, assim como instituem o dia 16 de novembro como o Dia Internacional da Tolerância.¹³⁴

Percorrer um caminho que resulte em práticas de tolerância, abertura e aceitação do diferente é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. Nas mais diversas esferas das atividades humanas tem-se notado o quanto a conquista da aceitação do outro é difícil, devido a um histórico de preconceitos, tais como a segregação étnica, econômica, racial e religiosa. Embora os documentos internacionais tratados no capítulo devam ter aplicação universal, precisam ser ratificados pelos Estados e inseridos no ordenamento jurídico, para que possam verdadeiramente atingir seus propósitos.

¹³³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: Unesco, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017.

¹³⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: Unesco, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017.

3 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA ANTE AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

No Brasil, um ponto especial da intolerância religiosa é reservado às religiões de matrizes africanas. O presente capítulo se inicia com a constatação de que os cultos afro-brasileiros foram perseguidos durante longo período da história brasileira e seguem sendo o alvo principal desta ignorância na história recente. Através de análise acerca do conceito de tolerância, percebe-se que esse vocábulo, tão enaltecido e reivindicado, se encontra altamente questionado no que tange à abordagem da égide religiosa.

A intolerância religiosa no Brasil se mostra como uma das facetas do racismo, visto que não é observada a mesma violência contra nenhuma outra manifestação religiosa. Pretende-se demonstrar no terceiro capítulo, que a estigmatização das crenças de matrizes africanas é fato antigo, que apenas modernizou suas manifestações, mas jamais abandonou o real propósito de tentar desqualificar e exterminar a cultura negra da sociedade.

3.1 Histórico, conceito e características das religiões de matrizes africanas

As religiões afro-brasileiras sempre estiveram na esteira do submundo religioso brasileiro. O status de religião concedido a esses credos é recente, sendo que por muito tempo foram tidos como seitas.¹³⁵ Esse fato possui origem antiga, visto que tais religiões conservam elementos de fé dos negros provenientes de países da África que, ao adentrarem o solo das Américas, tiveram suas práticas religiosas sujeitadas à repressão e clandestinidade.¹³⁶

As religiões afro-brasileiras chegaram ao Brasil a bordo dos navios negreiros que faziam o tráfico de homens capturados na África para serem escravizados nas colônias europeias no Novo Mundo. Além de sua força de trabalho, usada forçosamente na construção e manutenção de diversas atividades

¹³⁵ JUIZ federal volta atrás e afirma que cultos afro-brasileiros são religiões. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/juiz-federal-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religioes.html>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

¹³⁶ JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

no Brasil, carregaram consigo também suas culturas, onde se encontram inseridas suas religiosidades.¹³⁷

Durante esse período, a fé dos escravos se defrontou com outras crenças, como a dos povos indígenas e a do cristianismo europeu, imposto pelos colonizadores. A religião católica era tida como a religião oficial, motivo pelo qual, muitas vezes os clérigos lhes ditavam a crença e prática do catolicismo.¹³⁸

Suas religiões, segundo Batisde¹³⁹, estavam ligadas a modelos de organizações clânicas, a meios biogeográficos especiais, como a floresta tropical ou savana, e a estruturas aldeãs e comunitárias. No entanto, as imposições dos escravocratas deram origem a um processo de aculturação, e o escravo foi obrigado a se integrar a um novo tipo de sociedade baseada na família patriarcal, no latifúndio, no regime de castas étnicas, que incluiu até mesmo a perda de seus próprios nomes.

A necessária preservação de seus laços étnicos se deu especialmente por meio da religião. Impossibilitados de viver como anteriormente, os escravos africanos viram obrigados a se reorganizaram, tendo por base semelhanças e alianças que ajudaram a manter suas identidades, como elucida a professora Marina de Mello e Souza.¹⁴⁰

Ao serem arrancados de seus lugares de origem e escravizados, ao deixarem de pertencer a um grupo social no qual construíam suas identidades, ao viverem experiências de grande potencial traumático, tanto físico como psicológico, ao transporem a grande água e terem que se dobrar ao jugo dos senhores americanos, os africanos eram compelidos a se integrarem, de uma forma ou de outra, às terras às quais chegavam. Novas alianças eram feitas, novas identificações eram percebidas, novas identidades eram construídas sobre bases diversas: de aproximação étnica, religiosa, da esfera do trabalho, da moradia. Assim, reagrupamentos étnicos compuseram 'nações', pescadores e carregadores se organizaram em torno das atividades que exerciam, vizinhos consolidaram laços de compadrio e se juntaram cultuadores dos orixás, os que faziam oferendas aos antepassados e recebiam entidades sobrenaturais sob o toque de tambores.

¹³⁷ JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

¹³⁸ JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

¹³⁹ BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971. v. 2. p. 30.

¹⁴⁰ SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: santos e *minikisi*, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, p. 125-146, 2002. p. 128.

Os caminhos de repressão à declaração de sua fé foram muitos, inclusive de cunho legal. O Código Criminal do Império de 1830, em uma tentativa de eliminar as referências culturais africanas, era pró-catolicismo, e em seu artigo 276 previa punição à “celebração, propaganda ou culto de confissão religiosa que não fosse a oficial.”¹⁴¹ Tais limitações não abateram os escravos completamente, que encontravam maneiras de manter suas manifestações culturais às escondidas. Contudo, foi inevitável que as religiões de matrizes africanas sofressem impactos do contato com outras culturas - precisaram ser rearranjadas conforme o contexto e região em que se encontravam, o que resultou em sua fusão com diferentes doutrinas, e até mesmo na necessidade de identificação de suas entidades com os santos católicos.¹⁴²

Com a proclamação da República no Brasil, em 1889, ocorreu o desmembramento oficial entre Igreja Católica e Estado, acompanhado da introdução do princípio de laicidade do Estado. Tal fato inseriu o Brasil em ideais de modernidade, que abrangiam novas concepções de ética e moral, além da secularização do espaço religioso.¹⁴³

A República foi época de recuo do catolicismo na sociedade, a partir de um conflito em torno da autonomia de manifestações culturais de matriz não-cristã desejosas por se expressarem publicamente. As manifestações que primeiramente foram criminalizadas, demonizadas e tomadas como bruxaria e curandeirismo, tiveram as portas abertas para a possibilidade de seu reconhecimento como religiões oficializadas, o que possibilitou futuramente a descriminalização das religiões de matrizes africanas em razão do direito à liberdade de culto.¹⁴⁴

Foi na Constituição de 1891 que se abandonou formalmente o conceito de religião oficial com a promoção da liberdade a qualquer tipo de crença. Entretanto, tal fato não foi empregado na prática, visto que diversas religiões de caráter diferente da religião católica sofreram perseguições, hostilidades e segregação, tanto no

¹⁴¹ SILVA JUNIOR, Hélio. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves. (Org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 303-331. p. 308.

¹⁴² SILVA JUNIOR, Hélio. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves. (Org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 303-331..

¹⁴³ GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar, 2002. p. 81.

¹⁴⁴ MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e espaço público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.74, p. 47- 65, 2006.

espaço público como no meio policial e estatal. As religiões intituladas mediúnicas, nas quais se encontram o Candomblé, a Umbanda, o Batuque, entre outras, foram as que mais sofreram ataques de intolerância, pois as suas atividades e práticas não eram efetivamente legitimadas pelo Estado como tendo status de religião, tal como esse a configurava.¹⁴⁵

O caráter intolerante e racista das perseguições às religiões de matrizes africanas é evidente se refletido sobre o que no Código Penal de 1890, vigente até 1942, era considerado passível de penalidade, posto que, de igual modo, havia o crime de capoeiragem, curandeirismo e espiritismo.¹⁴⁶

A partir da década de 1920, nos registros policiais surgiu o termo “baixo espiritismo”, acompanhado de outras espécies como “macumba”, “candomblé” e “magia negra”. A antropóloga Yvonne Maggie constata que essas acusações contra práticas mediúnicas eram realizadas a partir de um critério moral, que relacionava os acusados dessas práticas diretamente ao mal, consoante à crença de que tais manifestações podiam produzir maléficos por vias sobrenaturais. Dessa forma, os terreiros se tornaram alvo de severa perseguição da polícia e do Poder Judiciário.¹⁴⁷

A Constituição de 1988 seguiu anunciando o princípio de laicidade do Estado, e trouxe o importante marco de reconhecimento das manifestações afro-brasileiras pelo Estado em seus artigos 215 e 216, ao prestar apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais afro-brasileiras e considerar suas identidades patrimônio cultural brasileiro. Igualmente, consagrou a liberdade de crença, de culto e de organizações religiosas como direitos e garantias fundamentais (artigo 5º, VI) e a proteção à diversidade religiosa ao assegurar o direito de liberdade a qualquer culto e/ou religião e proibir que o Estado faça óbice ao funcionamento de culto de qualquer natureza (artigo 19, inciso I).¹⁴⁸ Conjuntamente, o Código Penal Brasileiro de 1940 reservou espaço a crimes contra o sentimento religioso (artigo

¹⁴⁵ MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e espaço público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.74, p. 47- 65, 2006.

¹⁴⁶ BRASIL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹⁴⁷ MAGGIE, Y. **Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 22.

¹⁴⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

208)¹⁴⁹, e posteriormente, com a Lei nº 9.459/1997, a prática de discriminação ou preconceito contra religiões foi considerada crime (artigo 20).¹⁵⁰

A investigação e descrição dos elementos que constituem as numerosas vertentes das religiões afro-brasileiras é missão trabalhosa, visto que essas possuem intensa pluralidade e complexidade originada em sua riqueza e história. Acentuando semelhanças, Santos¹⁵¹ assinala cinco elementos essenciais para o reconhecimento de tais religiões, incluindo a Umbanda, que é de origem brasileira mas possui fortes influências africanas: i) a possessão mediúnica; ii) os rituais públicos e privados; iii) a comunidade; iv) o exercício do sacerdócio; v) o oráculo africano, esclarecendo:

Entendo como religiões de matrizes africanas no Brasil todas as expressões religiosas em que existe algum tipo de transe ou possessão mediúnica (de orixá, inquice, vodum ou ancestral) e rituais de iniciação, públicos ou privados, envolvendo a comunidade com cânticos e danças, ao som de instrumentos de percussão, comandadas por um/a ou mais de um sacerdote ou sacerdotisa, amparado/a por um tipo de oráculo africano, bem como mitos e histórias africanas.

João Luiz Carneiro¹⁵² adiciona mais pontos comuns que conectam as religiões afro-brasileiras em seus aspectos culturais, como a intensa valorização do corpo e expressões corporais, o transe, e a crença de que a música permite a manifestação das divindades. São religiões em sua maioria monoteístas, que geralmente implicam a iniciação dos que delas participam, e importante característica reside no fato de comumente serem orais, isto é, toda a coleção de ensinamentos são transmitidos dos mais velhos para os mais novos, através das narrativas e mitos dos ancestrais, e não mediante livros sagrados ou um corpus teológico.

As principais religiões afro-brasileiras são o Candomblé e a Umbanda, praticadas em todos os estados brasileiros, mas também são encontradas em alguns estados religiões de influência africana menos conhecidas, como o Babaçuê,

¹⁴⁹ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

¹⁵⁰ BRASIL. **Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

¹⁵¹ SANTOS, Erisvaldo Pereira dos Santos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas**: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 52-53.

¹⁵² CARNEIRO, João Luiz. **As religiões afro-brasileiras**: uma construção teológica. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 23.

o Omolocô, o Batuque, o Catimbó, o Cabula, o Culto aos Egungun, o Tambor de mina, entre outras.

Dentre as várias religiões afro-brasileiras, as mais praticadas são Candomblé, de maior penetração no nordeste do país, e a Umbanda, mais popular no sudeste. Em suma, suas principais diferenças residem na natureza das entidades cultuadas, nos procedimentos dos cultos, e no uso feito das forças metafísicas acionadas.¹⁵³

O Candomblé¹⁵⁴ é um culto de origem africana monoteísta, que crê no conceito de alma e vida após a morte e cultua os chamados orixás, sendo estes ancestrais divinificados, considerados deuses da natureza. Seus rituais ocorrem geralmente em templos chamados de terreiros, roças ou casas, conduzidos pelo pai ou mãe de santo, e realizados através de cânticos, batidas de tambores, danças, oferendas, entre outros. São utilizadas roupas especiais para o ritual, onde em ritmo de dança toca-se o tambor para que os filhos de santo possam incorporar um orixá. A iniciação na religião normalmente implica no isolamento do filho de santo para prática e aprendizado de atividades realizadas no terreiro, tais como rezas, mitos, cantos, comidas dos orixás e saudações. Existe forte hierarquia e respeito à antiguidade dos postos, atendimento às pessoas feito por meio da consulta de búzios, e também sacrifício de animais em alguns rituais.

Enquanto o Candomblé é uma religião antiga africana que foi trazida ao Brasil pelos escravos, a Umbanda é de origem brasileira e surgida da junção de várias crenças, como o kardecismo, islamismo, budismo e o próprio candomblecismo. A Umbanda¹⁵⁵ acredita na existência das entidades e dos exus. Essas primeiras correspondem aos ancestrais do povo de santo, sábios que, por meio das incorporações, orientam os filhos de santo sobre como proceder na vida. Os exus são espíritos desencarnados que remetem à figura do guardião. O passe, conhecido também como benção ou limpeza espiritual, e a conversa com os espíritos através dos médiuns incorporados durante a gira, são as formas mais

¹⁵³ CABÚS, Lígia. **Diferenças entre umbanda, candomblé e quimbanda**. Disponível em: <<http://filhodeoxossi.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁵⁴ PEREIRA, Júlia. **16 diferenças entre Candomblé e Umbanda que você ainda não sabia**. Disponível em: <<https://umbandaead.blog.br/2017/09/22/umbanda-e-candomble-temos-semelhancas-mas-nao-somos-iguais-2/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁵⁵ PEREIRA, Júlia. **16 diferenças entre Candomblé e Umbanda que você ainda não sabia**. Disponível em: <<https://umbandaead.blog.br/2017/09/22/umbanda-e-candomble-temos-semelhancas-mas-nao-somos-iguais-2/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

comuns de os visitantes do terreiro se relacionarem com a espiritualidade. A religião não tem como prática litúrgica o abate religioso de animais, e suas hierarquias ocorrem somente entre cargos, sendo que o primeiro cargo de um terreiro é o pai de santo, seguido pelos ogãs, cambones e médiuns.

Como pode ser percebido, há diversas ramificações nas religiões afro-brasileiras que promovem a existência de terreiros e altares, em que brasileiros nutrem sua fé, prestando culto às suas divindades. Assim, a pluralidade e complexidade em que se organizam tais religiões pouco permitem um modelo sucinto de análise, mas um traço que se faz notório é a história de luta contra o preconceito enfrentada por seguidores das religiões afro-brasileiras para que pudessem preservar a cultura de seu povo, luta esta que perdura até os dias atuais, graças ao pensamento antiquado dos que se negam a aceitar quaisquer ideologias conflitantes com seu credo e acabam por impedir outras manifestações religiosas, inclusive demonizando-as.¹⁵⁶

É relevante ressaltar que todas as religiões apresentam contrastes entre si, a começar pela nomenclatura que é dada às divindades. A diferença entre Deus, Jeová, Alá, Olorum perfaz mínima quando se percebe que em sua essência todos têm o mesmo objetivo - o de serem capazes de salvar, curar e promover a paz entre os indivíduos.

As religiões afro-brasileiras visam o culto de suas figuras sagradas e a prática do bem. Os sacrifícios, quando necessários, tem um objetivo de promover a limpeza espiritual, a prosperidade, a proteção espiritual, o restabelecimento da paz e promoção da união, caracteres comuns a todas as crenças do sagrado. Assim, resta curioso o fato de as religiões afro-brasileiras serem alvo tão recorrente.¹⁵⁷

Essas colocações levam a crer que talvez o real motivo de tamanha discriminação contra essas religiões não seja verdadeiramente de ordem religiosa, mas econômica, e principalmente racial, caracterizando total desrespeito com os

¹⁵⁶ PEREIRA, Júlia. **16 diferenças entre Candomblé e Umbanda que você ainda não sabia**. Disponível em: <<https://umbandaead.blog.br/2017/09/22/umbanda-e-candomble-temos-semelhancas-mas-nao-somos-iguais-2/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁵⁷ CABÚS, Lígia. **Diferenças entre umbanda, candomblé e quimbanda**. Disponível em: <<http://filhodeoxossi.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

representantes e seguidores desta cultura e resultando em uma verdadeira “guerra santa” no Brasil.¹⁵⁸

3.2 Uma análise sobre tolerância

O tema da tolerância faz parte da estruturação da modernidade ocidental, refletindo um esforço de lidar, em maioria através de acordos públicos de paz, com as diferenças e divisões que os grupos sociais exibem por meio de seus conflitos.¹⁵⁹

O principal propósito da tolerância é a coexistência harmônica entre os povos e as nações com as tradições, linguagens, histórias, culturas e religiões dos demais, sem qualquer traço de limitação, intromissão, diminuição, desrespeito ou violência. Sua reflexão possibilita aclarar a tensão entre a identidade e a diversidade, sobretudo em ambientes sociais onde a desigualdade faz-se nítida e grave.¹⁶⁰

Tolerância, assim, é o exercício da plena liberdade, seja cultural, religiosa, política, de pensamento, sem que para isso seja preciso uma mudança nas preferências subjetivas, através da conversão, da imposição de um ponto de vista, ou da repressão à particularidade do próximo.¹⁶¹

¹⁵⁸ MACHADO, Edinilson Donisete; TURATTI JÚNIOR, Marco Antônio. Brasil, um país laico religioso: reflexões sobre a tolerância, o contato social do brasileiro com a religião e o interesse social do sistema jurídico laico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2016, Brasília. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, 2016. p. 138-158. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/i80k5078/XThu1oiXQsdSmL43.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁵⁹ MACHADO, Edinilson Donisete; TURATTI JÚNIOR, Marco Antônio. Brasil, um país laico religioso: reflexões sobre a tolerância, o contato social do brasileiro com a religião e o interesse social do sistema jurídico laico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2016, Brasília. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, 2016. p. 138-158. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/i80k5078/XThu1oiXQsdSmL43.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁶⁰ MACHADO, Edinilson Donisete; TURATTI JÚNIOR, Marco Antônio. Brasil, um país laico religioso: reflexões sobre a tolerância, o contato social do brasileiro com a religião e o interesse social do sistema jurídico laico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2016, Brasília. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, 2016. p. 138-158. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/i80k5078/XThu1oiXQsdSmL43.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹⁶¹ MACHADO, Edinilson Donisete; TURATTI JÚNIOR, Marco Antônio. Brasil, um país laico religioso: reflexões sobre a tolerância, o contato social do brasileiro com a religião e o interesse social do sistema jurídico laico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2016, Brasília. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, 2016. p. 138-158. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/i80k5078/XThu1oiXQsdSmL43.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Em sua renomada obra “Carta acerca da tolerância”, o filósofo John Locke¹⁶², tratou sabiamente sobre o tema na esfera religiosa, sendo que suas colocações influenciaram a consagração do direito à liberdade religiosa nas sociedades ocidentais. Inicia oferecendo o conceito de fé, como a certeza intrínseca e privada daquele que professa uma religião, e sustenta que toda perseguição e discriminação vai de encontro a este princípio básico de qualquer religião. Mostra-se como um defensor da tolerância religiosa, descrita como o produto exterior da liberdade de opinião quanto às religiosidades, e a ação mais conveniente à ascensão da paz religiosa nas sociedades civis.

Enuncia Locke que os assuntos da fé religiosa não estão estruturados em verdades demonstráveis, e sim em uma firmeza interior da mente de um indivíduo, assim, é inútil o esforço dos seguidores intolerantes, que acreditam ter o dever de levar a verdade às igrejas heréticas. Desta forma, impor a outrem um dogma cuja certeza não se tem é um engano, sendo mais eficaz o exercício da tolerância diante da variedade de opinião.¹⁶³

A percepção moderna de tolerância mostra-se ligada à posição dos Estados acerca de uma neutralidade religiosa em seu cerne. Tem-se que a laicidade, associada ao incentivo à liberdade religiosa, é proporcional ao nível de tolerância religiosa de uma nação. Norberto Bobbio explica:¹⁶⁴

A tolerância é um método que implica o uso da persuasão perante aqueles que pensam diferentemente de nós, e não o método da imposição. Desse ponto de vista, o laicismo é um dos com ponentes essenciais do mundo moderno, que até mesmo as religiões (e me refiro particularmente ao cristianismo) acabaram por aceitar. Tanto isso é verdade que em todas as Constituições modernas está afirmado o princípio da liberdade de religião, que é liberdade não apenas daqueles que professam uma religião, mas também daqueles que não professam nenhuma.

O seu oposto, a intolerância, é considerada por Dallari¹⁶⁵ como um dos traços dos tempos atuais. Por causas de ordem social, econômica e política, as sociedades no final do século XX se tornaram materialistas e competitivas, o que facilitou a proliferação do preconceito. Numa era onde a convivência social é

¹⁶² LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. Lisboa: Edições 70, 1987.

¹⁶³ LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. Lisboa: Edições 70, 1987.

¹⁶⁴ BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: UNESP, 2002. p. 155.

¹⁶⁵ DALLARI, D. A. Preconceito, intolerância e direitos humanos. In LEWIN, H. (Coord). **Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações**. Rio de Janeiro: Centro Edeslstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 11-24.

marcada pelo individualismo, a solidariedade e respeito às diferenças desvanece. Igualmente ressalta o fator egoísmo, onde em situações de competição, tudo o que ameace os próprios interesses são dignos de serem combatidos, não sendo merecedores de respeito ou aceitação, e não há qualquer preocupação com a justiça de atitudes, hábitos ou discursos.

A intolerância exercida no campo religioso está ligada ao etnocentrismo, ou seja, na ideia de superioridade de um certo grupo, e se revela como uma forma de diminuir a crença alheia através de violência física, psicológica ou simbólica. Há a exteriorização imoderada de uma verdade tida como absoluta, que pode revelar facetas ainda mais perigosas, como no caso do fundamentalismo e do fanatismo religioso.¹⁶⁶

A herança cultural da intolerância ainda é muito evidente na sociedade, uma vez que se deve lembrar que a salvaguarda da tolerância se fez após séculos de inflexibilidade daqueles que deveriam abraçar e disseminar a paz e o amor universal. Infelizmente, o plano prático é mais penoso que o teórico, e muitas vezes os próprios Estados que legitimam a laicidade praticam discriminações contra as minorias religiosas. A intolerância, como assevera Elie Wiesel¹⁶⁷, promove o ódio:

A intolerância está situada no começo do ódio. Ela assume aparências tão sutis que fica difícil discerni-la e combatê-la. E, no entanto, 'se não a detivermos, será tarde demais'. Uma vez instalada, gera inevitavelmente o desprezo, o ódio pelo outro; e o ódio, por sua vez, só gera o ódio.

No Brasil, as manifestações das religiões de matrizes africanas são alvo recorrente de atos de intolerância oriundos principalmente das diferenças étnicas, culturais e econômicas historicamente existentes entre brancos colonizadores e negros colonizados.

Mesmo com ascensão do Estado Democrático de Direito, marco garantidor da criação de mecanismos de proteção à liberdade religiosa, os resquícios dos tempos de escravidão ainda são latentes e recaem sobre os negros e

¹⁶⁶ DALLARI, D. A. Preconceito, intolerância e direitos humanos. In LEWIN, H. (Coord). **Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações**. Rio de Janeiro: Centro Edeslstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 11-24.

¹⁶⁷ WIESEL, Elie. Vade-Mecum por uma luta contra a intolerância. In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 265.

suas manifestações religiosas, de maneira que os adeptos destas religiões ainda suportam a distorção do significado de suas crenças e a diminuição de sua identidade cultural.

Cumpre mencionar que há cerca de 30 anos, no Brasil foi formado o que é considerado o principal grupo de ofensores destas religiões. O surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), deu início ao fenômeno da expansão das igrejas neopentecostais, fundadas na chamada “Teologia da Prosperidade” e na demonização das religiões de matrizes africanas.¹⁶⁸ As pregações dessas igrejas, que possuem grande acesso a programas de televisão, rádio e jornais, que ajudam a dar maior visibilidade às suas ideias, promovem a descaracterização da identidade da comunidade afrodescendente, estigmatizando seus adeptos e estimulando sua perseguição.

As notícias veiculadas com frequência mostram que os praticantes das religiões de matrizes africanas experimentam o endurecimento do preconceito e da marginalização em seu cotidiano. Os casos de intolerância, antes com pouca repercussão, hoje se multiplicaram e ganharam atenção pública. Por outro lado, as respostas aos episódios de agressão, antes pouco expressivas, agora se dão mediante processos criminais levados adiante por pessoas físicas ou instituições públicas.¹⁶⁹

3.3 O racismo na formação da intolerância religiosa

Historicamente as religiões de matrizes africanas sempre demonstraram uma grande capacidade de resistência diante do exercício de práticas discriminatórias. Às práticas religiosas afro-brasileiras o tratamento sempre se resumiu em reprimir-lhes o exercício e deslegitimá-las. Todavia, evidencia-se que no Brasil, por trás do conhecido como intolerância religiosa, escondem-se outros fatores

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Ilzver de Matos; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Intolerância contra as religiões de matriz africana: uma análise sobre colisão de direitos através de casos judiciais emblemáticos. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 24., 2015, Aracaju. **Direitos fundamentais**. Florianópolis: Conpedi, 2015. p. 369-386. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/51f4alp5/U4Pi6Mb14L8B1dO4.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁶⁹ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.

de raízes mais profundas, relacionadas à história política, social e econômica do país.¹⁷⁰

Observa-se que não são crenças conflitantes que se nivelam disputando por espaços, fiéis e cifras, e sim um ataque sistemático, inescrupuloso e desproporcional a grupos religiosos que sequer possuem caráter proselitista. Esses grupos, não casualmente, são os que professam religiões de matrizes africanas. Desta forma, quando se adentra no tema intolerância religiosa no Brasil, depara-se com uma faceta do racismo.

É sabido que a Igreja Católica participou da empreitada colonizadora fornecendo os substratos ideológicos para sua legitimação e agindo ela própria na colonização religiosa, comprimindo manifestações exteriores das demais religiões. Esse fato criou a necessidade de os escravos negros utilizarem o sincretismo de suas crenças com as da Igreja, mascarando seus deuses com os nomes de santos católicos, como forma de resistência cultural. Com tal subterfúgio, respeitavam a lei, a Igreja, e continuavam cultuando seus deuses africanos.¹⁷¹

Quando as manifestações de religiosidade afro-brasileira se transformaram em religião sistematizada a perseguição cresceu, somada à política de embranquecimento presente nos anos finais da escravidão, que pretendia eliminar negros e seus descendentes da cena pública brasileira e teve forte colaboração da população da época.¹⁷²

A referida perseguição se deu principalmente por parte da polícia e da imprensa, que reclamava sobre a negligência e lentidão no combate às manifestações religiosas de origem africana. Os candomblecistas sofreram com a invasão de casas, destruição de objetos, foram acusados de importunar a ordem pública com seus batuques, praticar o uso ilegal de medicina e curandeirismo e até mesmo de sequestro, tortura e morte para seus rituais, o que lhes rendeu injustas

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Ilzver de Matos; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Intolerância contra as religiões de matriz africana: uma análise sobre colisão de direitos através de casos judiciais emblemáticos. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 24., 2015, Aracaju. **Direitos fundamentais**. Florianópolis: Conpedi, 2015. p. 369-386. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/51f4alp5/U4Pi6Mb14L8B1dO4.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁷¹ JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

¹⁷² SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. 6. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005. p. 47.

prisões. A forma de driblar as represálias se deu com o uso de estratégias, tais como alteração dos locais dos terreiros, o disfarce das cerimônias e enfrentamentos judiciais.¹⁷³

Uma das consequências mais marcantes da opressão sofrida foi o sincretismo. Constantemente reprimidos, os terreiros e seus frequentadores se escudaram atrás do catolicismo, mascarando seus deuses com os nomes de santos católicos, a exemplo de Iemanjá, deusa das águas, tornar-se Nossa Senhora da Conceição, e Oxalá, divindade criadora da humanidade, transformar-se em Jesus Cristo.¹⁷⁴

Nota-se que para subir na estrutura social e ser minimamente respeitado, restou ao negro aceitar os valores impostos pelos brancos, em um desejo de embranquecimento que aos poucos foi adentrando sua mentalidade e tem principal raiz na sua posição inferior no sistema escravocrata brasileiro.

Outra questão significativa diz respeito ao etnocentrismo contido na ideia de intolerância. O etnocentrismo está arraigado no inconsciente do ser humano e apoia-se na desconfiança e rejeição ao outro diferente, constituindo forte instrumento para o racismo.¹⁷⁵

Na segunda metade do século XVIII, houve a construção de uma ideologia colorista em relação aos não brancos, calcada em estudos biológicos e na explicação de que o crescimento de determinada sociedade estava ligado aos caracteres raciais transmitidos geneticamente em sua população. O progresso cultural estaria vinculado à pureza da raça, enquanto a decadência, à mistura racial, pressupondo a superioridade das sociedades brancas europeias em relação às demais sociedades humanas.¹⁷⁶

As teorias racialistas penetraram o Brasil em 1870, e tiveram grande receptividade nos meios intelectuais brasileiros, inclusive no mundo jurídico. Se antes a inferioridade dos escravos negros era explicada a partir de sua “aptidão” e “predisposição” para escravidão, ou da suposta preguiça, com a entrada de tais

¹⁷³ OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. **Candomblé sergipano**. Aracaju: SEC/CDFB, 1978.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. **Candomblé sergipano**. Aracaju: SEC/CDFB, 1978.

¹⁷⁵ BORGES, Edson; D'ADESKY, Jacques; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002. p. 54.

¹⁷⁶ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 45.

teorias, os estigmas preconceituosos passaram a se respaldar cientificamente. Essas teses, apesar dos novos olhares sobre a realidade brasileira e suas transformações, subsistiram no pensamento acadêmico até à década de 1930, com a emergência da teorização da democracia racial.¹⁷⁷

Deste modo, conclui-se que o processo de intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas é, na realidade, racismo religioso. A rotulação de suas crenças reporta à condição de escravidão a que foram submetidos seus integrantes durante a diáspora africana. A inferiorização racial criada pelo homem branco europeu disseminou a ótica etnocêntrica eurocentrada que se eterniza, em tentativa de apagar a memória, tradição e existências negras. Esse exercício de exterminação elabora novas facetas até os dias atuais, mostrando ser um esforço de desmantelamento da população negra. E uma das formas de concretização desse racismo estrutural e sistemático se dá pelo rebaixamento e deslegitimação das identidades, singularidades, corpos e simbologias africanas.

3.4 A dinâmica da intolerância em face das religiões de matrizes africanas e suas manifestações

Na atualidade, reconhecidamente, as religiões afro-brasileiras constituem um grupo minoritário no Brasil. A eleição destas religiões como alvo ocorre por fatores diversos e tem variados alcos. Em reação aos ataques, fortalece-se o desejo de não tolerar as ofensas e reagir, seja denunciando os casos individualmente, ou buscando de forma coletiva apoio jurídico.

Apesar de a Constituição Federal agasalhar a liberdade religiosa, de crença e de culto, o quadro histórico evidencia que tal liberdade ainda não é efetivada totalmente e permanece velada devido à visão religiosa inflexível e parcial de diversas pessoas.

Ocorre que, infelizmente, vários ensinamentos religiosos são incorporados automaticamente à vida das pessoas sem muitos questionamentos, sendo que muitos fiéis passam a enxergá-los como absolutos, eliminando a possibilidade de que outros entendimentos religiosos possam existir. Nesse sentido, muitos fiéis

¹⁷⁷ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

acabam adotando, até involuntariamente, o desprezo como arma de defesa de seus conceitos, o que é extremamente nocivo à manutenção da harmonia em sociedade.

Vagner Silva¹⁷⁸ descreve que a partir da década de 60 houve um aumento de terreiros nos centros urbanos. Antes, estes se aglomeravam nas periferias, mas rapidamente passaram a ser frequentados pela elite acadêmica e artística. Sua visibilidade tornou-se um incômodo para certas pessoas, em destaque os membros de igrejas neopentecostais, alicerçadas na difusão da “Teologia da Prosperidade” e num intenso processo de combate contra as religiões de matrizes africanas. Em suas pesquisas, foi capaz de especificar brilhantemente as formas de violência de tais igrejas em seis categorias:

1) ataques feitos no âmbito dos cultos das igrejas neopentecostais e em seus meios de divulgação e proselitismo; 2) agressões físicas *in loco* contra terreiros e seus membros; 3) ataques às cerimônias realizadas em locais públicos ou aos símbolos dessas religiões existentes em tais espaços; 4) ataques a outros símbolos da herança africana no Brasil que tenham alguma relação com as religiões afro-brasileiras; 5) ataques decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos e, finalmente; 6) as reações públicas (políticas e judiciais) dos adeptos das religiões afro-brasileiras.¹⁷⁹

Importante mencionar que apesar da incidência majoritária dos neopentecostais como agentes das agressões, qualquer rotulação é imprópria, perante a possibilidade de se incidir exatamente no que se pretende combater, o preconceito. É fato que o racismo está fortemente arraigado no país, mas a intolerância não se encontra concentrada em uma só pessoa, grupo ou instituição. É preciso lembrar que existem preconceitos de todo tipo que ao longo dos séculos penetraram no senso comum popular e seguem perpetuando-se ante a ausência de uma discussão e confronto sério e maduro.

Um desses preconceitos reside no pensamento de que se pode interferir negativamente na vida e livre arbítrio de qualquer pessoa através da utilização de ingredientes e técnicas mágicas, em rituais e pactos de feitiçaria comandados por forças ocultas malignas capazes de conferir poderes especiais a seus adeptos. Tal ideia advém de imposições e manipulações da igreja católica dos conceitos de bem e mal, além de remeter à base discursiva das igrejas em geral, focada em abordar

¹⁷⁸ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 10.

¹⁷⁹ SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.

as adversidades da vida terrena, supostamente causadas pela atuação maléfica de demônios na vida das pessoas.¹⁸⁰

O estereótipo das práticas de matrizes africanas associadas ao diabólico, oposto da superioridade santa é produto também da ideologia colonizadora europeia, e somada à estrutura racista estabelecida, conserva-se até a atualidade como um dos maiores argumentos na explicação dos ataques.

De igual modo, o desconhecimento sobre os cultos africanos e suas peculiaridades é um facilitador das agressões. Nesses, bem e mal não são conceitos antagônicos, mas conexos e caminhos de aprendizado para o crescimento humano. Não há punitivismo, e sim esforço para a elevação do caráter, a ser obtido neste momento da existência ou no próximo plano. Da mesma forma, a morte adquire outra feição, não significando término.¹⁸¹

Também se pode analisar outros fatores motivadores do rechaço. Dentro dos cultos, a figura feminina goza de autoridade e respeito únicos, em oposição à realidade machista da sociedade brasileira. Mães de santo exercem seu poder de forma equânime aos homens, jamais sendo desvalorizadas ou contrariadas pelas autoridades masculinas.

Essas religiões possuem discursos inclusivos e livres de padrões moralistas, e por abraçarem a diversidade com dogmas abrangentes, têm forte presença da comunidade LGBT. Homens e mulheres homossexuais são prontamente acolhidos e sua condição nunca foi empecilho para que se iniciassem e subissem na hierarquia dessas religiões. Assim, discriminações de outras ordens acabam por adentrar o mundo dos cultos afro-brasileiros.

Atualmente, essas práticas de supressão, manifestas pela tentativa de apagamento das religiões de matrizes afrobrasileiras, são abertamente desempenhadas também pelos meios de comunicação e pela sociedade civil, que está acostumada a negar tudo o que é negro, aparentemente olvidando a inegável

¹⁸⁰ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹⁸¹ PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ancestralidade africana na formação do Brasil. O próprio Estado é omissivo e até mesmo ampara condutas que excedem os limites da liberdade de expressão, conferindo privilégios às crenças que ocupam lugares de supremacia. São vários os feriados nacionais e municipais ligados à tradição cristã, há menção expressa a Deus no preâmbulo da Carta Magna¹⁸², e é natural a presença de símbolos do catolicismo em órgãos públicos, inclusive a cruz cristã em plenário do Supremo Tribunal Federal, instância de maior importância no Poder Judiciário.¹⁸³

É inegável a ausência de políticas públicas concretas de combate à intolerância religiosa e o racismo, a insuficiência de órgãos governamentais de debates sobre a problemática e repressão às agressões. Tal deficiência abriu espaço para novas formas de supressão, mais públicas e vexatórias, e a onda de violência atingiu nível nacional, abarcando todos os Estados. Essas agressões se mostram através de depredação de estruturas físicas dos terreiros por queima e apedrejamento, destruição de altares, linchamento verbal em redes sociais de praticantes, e até mesmo coação aos próprios membros dessas religiões a se autoagredirem, utilizando-se de material audiovisual para registrar os ataques¹⁸⁴, em intensa demonstração de crueldade. É explícito o discurso fundamentalista dos agressores que conecta uma suposta vontade de Deus com os ataques, criando estereótipos que remetem os praticantes das religiões africanas a cidadãos de segunda classe, rebaixando-os na sociedade.

Somente uma mudança estrutural na educação da sociedade brasileira pode trazer esperanças de resultados concretos quando se discorre sobre igualdade religiosa e racial. Lutar contra essas violências seculares que se apresentam como braço ativo do racismo estrutural é caminho para a cura social, sendo que o respeito e uso do espaço social de forma diplomática é pré-requisito para que possamos ser

¹⁸² BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹⁸³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Procedimento de Controle Administrativo. **Processo n. 0006594-06.2013.2.00.0000**. Sessão 186. Relatora: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Brasília, 08 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam;jsessionid=9CA6FF64951DF53C97EC2228BBED5F22?jurisprudencialdJuris=47276&indiceListaJurisprudencia=8&firstResult=3650&tipoPesquisa=BANCO>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹⁸⁴ LANG, Marina. **Mãe de santo atacada por traficantes evangélicos deixa o Brasil e pretende pedir asilo à Suíça**. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/20/atacada-por-trafficantes-evangelicos-mae-de-santo-deixa-o-brasil.htm>> . Acesso em: 19 mar. 2018.

chamados de povo civilizado. Faz-se notório que deve haver maior rigor dos poderes públicos para salvaguardar os adeptos que desejam compartilhar da grandiosidade cultural dos cultos ancestrais de matrizes africanas.¹⁸⁵

¹⁸⁵ LANG, Marina. **Mãe de santo atacada por traficantes evangélicos deixa o Brasil e pretende pedir asilo à Suíça**. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/20/atacada-por-trafficantes-evangelicos-mae-de-santo-deixa-o-brasil.htm>> . Acesso em: 19 mar. 2018.

4 A INEFICIÊNCIA DO ENFRENTAMENTO JURÍDICO CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter situado a liberdade religiosa em categoria de cláusula pétrea, foi necessário que a legislação infraconstitucional tipificasse condutas como meio de reprimir atos de intolerância religiosa. Entretanto, pode-se perceber que o Brasil dispõe de leis que efetivamente não têm atendido esse fim.

Neste norte, o quarto capítulo se propõe a uma análise crítica dos dispositivos legais de proteção às manifestações religiosas, acompanhada de reflexão quanto à sua efetividade se comparados à outra lei (Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha), e investigação de casos acerca da ponderação entre liberdade religiosa e liberdade de expressão, como exemplificativo.

Tem-se que a legislação em vigor agiu acertadamente ao detalhar o conteúdo das disposições constitucionais que vedam atos intolerantes. Entretanto, a presença de sanções brandas nos dispositivos legais referentes a crimes advindos de discriminação religiosa, somada ao pouco esforço do Estado em tratar o tema, demonstra a pouca eficácia no combate ao problema. Desta forma, percebe-se que legislação brasileira em vigor não conseguiu impedir agressões físicas e verbais sofridas pelos adeptos das religiões de matrizes africanas.

4.1 Disposições legais protetivas

A intolerância religiosa é um mal fortemente presente no Brasil, manifestado através de práticas que contrariam a liberdade e a dignidade humana. O direito de criticar religiões ou dogmas é garantido constitucionalmente através da liberdade de expressão, contudo, agir com atitudes agressivas, palavras hostis e tratamento diferenciado a alguém em razão da crença que professa, assim como atacar os hábitos e elementos de uma religião, são crimes tipificados.

A Constituição Federal de 1988 preconizou normas que são a essência da vedação à intolerância religiosa. Primeiramente, o *caput* de seu artigo 1º determinou ser a República Federativa do Brasil um Estado Democrático de Direito. Por esse motivo, a prática de intolerância religiosa representa violação a esse princípio basilar

da ordem constitucional, que objetiva a formação de uma sociedade justa e livre. Da mesma forma, o inciso III do mesmo artigo elencou como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, sendo qualquer manifestação de intolerância uma desonra a este preceito estrutural no qual se alicerça todo o arcabouço jurídico do Estado brasileiro, visto que não compatibiliza com a atitude de alguém submeter outro a ataques de qualquer natureza, meramente por discordar de determinada orientação filosófica ou pensamento.¹⁸⁶

No artigo 5º da Carta Magna reside o cerne de toda a estrutura normativa da proibição à intolerância religiosa, onde seus incisos VI e VIII consagraram como intocável o exercício das liberdades de consciência, de religião (crença e culto) e de convicção político- filosófica. Dispõe o artigo:¹⁸⁷

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;[...]

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

No mesmo artigo, o inciso IX declara que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Portanto, sobrepôr obstáculos à liberdade de crença e de culto dos outros, é vedado, sob pena de cercear-se a manifestação do pensamento em todos os seus sentidos. Também, não menos importante, o § 2º do artigo 5º, ao prescrever que os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja signatário, permite a evocação e aplicação de

¹⁸⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

¹⁸⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

diplomas normativos internacionais para combater a intolerância religiosa em solo brasileiro.¹⁸⁸

Finalmente, o artigo 19, em seu inciso I, determina ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Esse enunciado normativo trata-se de um desdobramento do caráter laico do Estado brasileiro e é destinado às entidades federativas, que não podem, nem indiretamente, incentivar ou colocar em grau de superioridade certos segmentos em prejuízo dos demais.¹⁸⁹

Para fins de vedação constitucional à intolerância religiosa, todas as normas supracitadas devem ser interpretadas em consonância e equilíbrio umas com as outras, visto que se situam na ordem jurídica pátria de maneira fracionada. De seu entendimento conjunto, extrai-se a Constituição Federal não admite atos dolosos ou culposos que cerceem o exercício legítimo da liberdade de crença religiosa.¹⁹⁰

No entanto, à medida que o constituinte originário estabeleceu normas constitucionais que vedam a intolerância, por meio da proposição de juízos de *dever ser* genéricos, restou ao legislador a consagração de disposições legais específicas e detalhadas, que criminalizassem a ação do intolerante e o punissem. Infelizmente, através de análise das poucas disposições jurídicas oferecidas em combate à intolerância religiosa, o que se verifica é a presença de penas brandas, com baixo quantum sancionatório, que permitem afirmar que o Direito Penal não somente mostra-se incapaz de solucionar satisfatoriamente o problema da discriminação religiosa, como acaba por estimular sua perpetuação ao não punir com devida severidade suas manifestações.

¹⁸⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

¹⁸⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

¹⁹⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

Desta forma, convém destrinchar o único artigo do Código Penal Brasileiro que se destina especificamente à proteção religiosa, o artigo 208, que dispõe:¹⁹¹

Art. 208. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:
Pena — detenção, de um mês a um ano, ou multa.
Parágrafo único. Se há emprego de violência, a pena é aumentada em um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Existem no presente tipo penal três condutas ilícitas distintas, sendo a primeira escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa. Tal crime consiste em zombar, ridicularizar e humilhar a vítima, em decorrência da fé que professa ou de sua função religiosa (padre, rabino, agente de pastoral, catequista, babalorixá, pagé, pastor etc.). Rogério Greco¹⁹² explica que não se faz necessário que o ofendido esteja presente ou que o escárnio ocorra face a face, entretanto, esse deverá direcionar-se a pessoa determinada e não contra grupos religiosos em geral. Da mesma forma, a conduta praticada particularmente, sem que chegue ao conhecimento das pessoas em geral, não se amolda ao tipo penal, pois é indispensável que o escarnecimento ocorra publicamente, sob pena de se configurar outro delito, a injúria.

A segunda conduta esculpida no dispositivo legal refere-se ao impedimento ou perturbação de culto religioso ou cerimônia. Por impedimento pode-se entender o óbice ao início ou ao prosseguimento regular do ato religioso, sendo sinônimos de perturbação atrapalhar e tumultuar. Ambas condutas podem se efetivar por meio de vaias, gritos, interrupção da fala do comunicador etc. Nucci¹⁹³ diferencia cerimônia e culto religioso ao esclarecer que a primeira é uma celebração religiosa solene, como missa e procissão, e culto religioso, o simples exercício do ritual que a religião solicita, uma prática de menor proporção, como as novenas. Frisa-se também que obrigatoriamente a conduta impeditiva ou turbadora deve dirigir-se contra culto ou cerimônia religiosa, sendo irrelevante o local em que se realizem.

¹⁹¹ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

¹⁹² GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 3. ed. Niterói (RJ): Impetus, 2008. p. 888.

¹⁹³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 866.

Finalmente, a terceira figura criminalizada pelo artigo 208 diz respeito a vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. Entende-se pelo termo vilipendiar, as atitudes de menosprezar, envilecer, ultrajar, depreciar, desprezar, insultar ato ou objeto religioso. Pode ser praticada por palavras, por escrito ou por gestos, como chutar ou cuspir imagens de santos. Por ato de culto religioso tem-se as celebrações solenes ou não, e objetos religiosos são todos os que auxiliam a realização destes atos, tais como altar, atabaques, imagens de santos e vestes específicas. Vale ressaltar que a conduta pode ocorrer dentro ou fora do templo religioso, além de outros locais fechados.¹⁹⁴

De acordo com o que prega a doutrina moderna¹⁹⁵, o bem jurídico tutelado pelo artigo 208 é a liberdade de crença e de função religiosa, proibindo terceiros embaracem a prática do sentimento religioso por meio de manifestações hostis.

Bitencourt¹⁹⁶ elucida que as figuras do artigo violam diretamente interesses coletivos, motivo pelo qual o sujeito passivo imediato é o corpo social. O sujeito passivo mediato ou secundário é qualquer pessoa física ou jurídica que sofra a ação delituosa. O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, independente de sua crença religiosa ou outra particularidade, podendo igualmente cometer o ilícito autoridades e membros de outras religiões.

O fato de dispor de três figuras incriminadoras autônomas revela o tipo penal como misto cumulativo e, segundo Nucci, “a prática de mais de uma implica na punição por mais de um crime. Assim, o agente pode responder, em concurso material, por escarnecer de alguém, perturbar culto e vilipendiar objeto religioso.”¹⁹⁷

O elemento subjetivo da conduta é o dolo, podendo ser direto ou eventual, externalizado através da vontade consciente de realizar uma das três condutas tipificadas. O dispositivo legal não pressupõe a modalidade culposa, assim, sua

¹⁹⁴ GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 3. ed. Niterói (RJ): Impetus, 2008. p. 889.

¹⁹⁵ GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 3. ed. Niterói (RJ): Impetus, 2008. p. 890.

¹⁹⁶ BITENCOURT, César Roberto. **Código penal comentado**. 5. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 788.

¹⁹⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 865.

incidência configura fato atípico e não punível. Nucci¹⁹⁸ complementa explicando que igualmente excluem a tipicidade o *animus jocandi* e *narrandi*.

Trata-se de crime comum, posto que não exige qualquer qualidade especial seja do sujeito ativo ou passivo do crime. É um crime que pode ser comissivo (requer um atuar positivo da parte do sujeito ativo), ou também praticado pela via da omissão imprópria, quando o agente encontrar-se no status garantidor, onde deveria atuar para evitar a materialização do crime não o faz, mas permanece inerte diante da conduta criminosa, permitindo sua exteriorização. É um crime de mera conduta e instantâneo, bastando meramente a ação ou omissão do agente para o crime ocorrer, assim como não se faz necessário que seus atos se prolonguem no tempo para que suceda a geração de resultados.

É um crime que pode ser executado por um único agente delituoso, como também permite a participação ou a co-autoria. Admite-se conduta una e indivisível para o crime ocorrer, como também é possível que vários atos conjuntamente formem a conduta delituosa. Por tais características, também se apresenta como crime monossujeito, unissubsistente e plurissubsistente.

Sua consumação, na primeira modalidade ofertada pelo artigo em tela, se dá quando o agente delituoso escarnece, publicamente, de alguém, por motivo de crença ou função religiosa, não importando a vítima sentir-se ofendida ou não. Na segunda figura, esta se define quando o agente voluntariamente causa desordem à tranquilidade dos fiéis ou do oficiante em cerimônia ou culto religioso, e na terceira, através do concreto vilipêndio. Segundo Bitencourt, a primeira e segunda modalidades admitem a tentativa, mas na terceira, somente se o agente cometer mais de um ato.¹⁹⁹

Extraí-se do parágrafo único do artigo em análise, que quando da violência empregada resultarem lesões corporais, haverá a majoração da pena em um terço (1/3).²⁰⁰ A pena ampliada aplica-se sem prejuízo da pena correspondente à violência, logo, ambas serão somadas se a violência ocasionar lesão ou dano. Se a

¹⁹⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 897.

¹⁹⁹ BITENCOURT, César Roberto. **Código penal comentado**. 5. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 791.

²⁰⁰ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

violência se resumir a meras vias de fato, essa última será absorvida, visto que tal contravenção sempre resta absorvida quando empregada para a execução de qualquer tipo de delito.

O preceito secundário do artigo comina uma pena de detenção de 01 (um) mês a 01 (um) ano, ou multa, fora o aumento supracitado. A ação penal nesses casos é pública incondicionada, não dependendo de representação do ofendido para que o representante do Ministério Público ofereça denúncia. Pela análise da pena, observa-se que a competência para o processo e julgamento do delito é do Juizado Especial Criminal. Entretanto, importante frisar explanação de Rogério Greco²⁰¹, ao mencionar que “se houver o concurso com infração penal cuja pena máxima cominada em abstrato ultrapasse o limite de dois anos, determinado pelo mencionado artigo 2º, o Juizado Especial Criminal deixará de ser o competente”. Também é cabível a propositura de suspensão condicional do processo pela observação da pena mínima cominada.²⁰²

Ademais, verifica-se que as vítimas de discriminação também encontram resguardo na Lei nº 7.716/1989, a conhecida Lei Caó, que através da Lei nº 9.459/1997, teve seus artigos 1º e 20 alterados, e definidas as linhas dos crimes de intolerância religiosa, passando a vigorar da seguinte forma:²⁰³

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.[...]

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

²⁰¹ GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 3. ed. Niterói (RJ): Impetus, 2008.p. 889.

²⁰² BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

²⁰³ BRASIL. **Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.
 § 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Outro corpo normativo de amparo é o artigo 140, §3º, do Código Penal, que com os acréscimos das Leis nº 9.459/1997 e nº 10.741/2003, determinou que comete crime de injúria quem ofende a dignidade ou o decore alheio utilizando-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, cominando pena de reclusão de um a três anos e multa.²⁰⁴

Da mesma forma, o Código Civil Brasileiro agasalha as vítimas no campo reparatório, nos termos do artigo 927, ao decretar que “aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.²⁰⁵

Importante menção deve fazer-se à Lei nº 12.288/10, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, privilegiando os cultos de matrizes africanas com maior visibilidade. Integrado por 65 artigos, o Estatuto trata de políticas de igualdade nos âmbitos da educação, trabalho, saúde, cultura e lazer, além da tutela de direitos das comunidades quilombolas e dos seguidores de religiões de matrizes africanas. Os dois artigos mais pertinentes ao tema são o 24 e o 26, quais sejam:²⁰⁶

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:
 I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;
 II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;
 III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas;
 IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;
 V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;

²⁰⁴ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

²⁰⁵ BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

²⁰⁶ BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;

VII - o acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões;

VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.[...]

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:

I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas;

II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas;

III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.

O Estatuto da Igualdade Racial possibilita a reivindicação de medidas palpáveis para o atendimento de interesses individuais ou coletivos, bem como viabiliza que um ente político solicite do outro a sua cooperação nos projetos e programas de combate a discriminações e desigualdades que acometem os afro-brasileiros. Apesar de bem intencionada, sua criação foi duramente criticada por profissionais do direito, sendo descrita como inócua.²⁰⁷

Uma das críticas reside no fato de ser uma ingenuidade crer que a realização de medidas sociais visando somente a população negra e a propagação de seus valores culturais individuais é capaz de verdadeiramente alterar o cenário de desigualdade do país, marcado por abismos sociais. Na esfera penal, salienta-se que não foi enunciada qualquer espécie de sanção frente o descumprimento das premissas impostas no Estatuto, e muitos artigos apenas se limitaram a repetir um rol de direitos já assegurados pela Constituição e pelas Leis.²⁰⁸

Assim, o Estatuto, que expôs diversas exigências a serem atendidas pela sociedade civil e por órgãos estatais, devido à ausência de caráter coercitivo na definição de medidas a garantirem a concretização dos fins propostos, tornou-

²⁰⁷ ASSIS, Jorge Cesar. **Análise crítica do Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <<https://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940526/analise-critica-do-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso em: 10 mar. 2018.

²⁰⁸ ASSIS, Jorge Cesar. **Análise crítica do Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <<https://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940526/analise-critica-do-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso em: 10 mar. 2018.

se ineficaz. Encontram-se presentes normas meramente programáticas, que não proporcionaram nenhuma mudança na prática.²⁰⁹

Nesta toada, a crítica se aplica a toda a legislação em vigor, que não tem servido, verdadeiramente, para inibir a prática de atos de intolerância religiosa. Apesar de detalhar o conteúdo das próprias disposições constitucionais que vedam atos intolerantes, a consagração das minúcias das disposições legais denotam claro desconhecimento por parte do constituinte originário quanto à nocividade do problema.

Inicialmente, verifica-se que o principal dispositivo legal do Código Penal atinente ao tema, o artigo 208, possui em seu preceito secundário a previsão de detenção de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa. Trata-se de crime de menor potencial ofensivo, onde a pena máxima, ainda que esteja a majorante de um terço presente, não chega a ser superior a dois anos.²¹⁰

Vale a observação de que para o crime foi determinada meramente a medida de detenção, aplicada a delitos de natureza mais leve, e que não admite ser o início do cumprimento em regime fechado, pois entende-se que o detento pode ser penalizado de modo menos rigoroso. Da mesma forma, a suspensão condicional do processo faz-se cabível nas ocorrências do *caput* e do parágrafo único, onde encontra-se a majorante, além da existência de permissão para que a pena de detenção seja substituída por mera pena pecuniária de multa. Finalmente, a infração permite transação penal, que objetiva desburocratizar o processo penal, livrando o agente de responder a uma ação penal, e ofertando-lhe o cumprimento penas alternativas, tais como prestação de serviços à comunidade, pagamento de quantias para instituição de caridade, entre outras.

Resta incompreensível como a própria Constituição Cidadã compromete-se, em diversos artigos, a defender as crenças, funções e cultos religiosos, por tê-los como parte da cultura e identidade do povo, mas o Código Penal Brasileiro, tido como uma alternativa de realização da lei fundamental e de tutela máxima de seus bens, salvaguardando os direitos de maior proeminência à vida dos indivíduos,

²⁰⁹ ASSIS, Jorge Cesar. **Análise crítica do Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <<https://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940526/analise-critica-do-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso em: 10 mar. 2018.

²¹⁰ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

contrariamente criminalize de maneira tão amena as práticas resultantes de intolerância religiosa.

O mesmo fato pode ser atestado ao perceber-se que, devido ao baixo quantum sancionatório, a suspensão condicional do processo também é imperiosa em casos de incidência do *caput* do artigo 20 da Lei 9.459/1997, referente à criminalização da prática, indução ou incitação de discriminação ou preconceito de religião²¹¹, e na ocorrência de injúria com elementos referentes à religião, atinente ao artigo 140, § 3º, do Código Penal.²¹²

Cumprе mencionar que mais recentemente, em 2007 e 2016, foram instituídos, respectivamente, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa²¹³ e o Dia do Tambor de Crioula²¹⁴, em honra à cultura afro-brasileira. O primeiro, a ser comemorado em todo território nacional no dia 21 de janeiro, é uma homenagem a Gildásia dos Santos, a Mãe Gilda, do terreiro de Candomblé Axé - Abassá de Ogum, na Bahia, vítima do crime marco da luta contra a intolerância religiosa, em episódio onde, após ter seu nome em manchete caluniosa no jornal da cidade, padeceu de enfarte que levou à sua morte. Infelizmente, ambas leis resumem-se a simples simbolismo, e não trouxeram qualquer contribuição efetiva para a erradicação do problema da intolerância religiosa.

Como se pode depreender, apesar do reconhecimento ao avanço da Lei Caó por parte da sociedade, sua aplicação ainda está longe de se realizar de maneira satisfatória. Suas disposições apresentam penas brandas, como as do Código Penal, incapazes de sequer alarmar potenciais agressores. Mister faz uma revisão dos dispositivos jurídicos de proteção às religiões, que se utilizados com devida interpretação e rigor, serão dirigidos ao fim do preconceito, da ignorância e

²¹¹ BRASIL. **Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018

²¹² BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

²¹³ BRASIL. **Lei n. 11.635, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

²¹⁴ BRASIL. **Lei n. 13.248, de 12 de janeiro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13248.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

do ódio, e cumprirão o dever de dar voz ao direito à diferença e zelar por todo brasileiro.²¹⁵

4.2 A tutela penal comparada: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e os dispositivos legais de proteção contra a intolerância religiosa

Resta inevitável a conclusão de que a problemática da intolerância religiosa não é devidamente reconhecida não somente por parte dos juristas, mas também do Estado e da sociedade brasileira em geral.

Pode-se afirmar que o Estado legitima, de fato, a diversidade religiosa do país, mas não de direito. Este claramente falha ao não educar melhor sobre as religiões de matrizes africanas e a importância das culturas africanas para a construção do país, não facilitando o diálogo e estabelecimento de relações formais com tais religiões. Da mesma maneira, espaços e instituições que deveriam zelar pela pluralidade de religiões e garantir sua proteção por meio de políticas públicas, não o fazem. Falta vontade política e iniciativa para a implementação de medidas nacionais mais eficazes, a exemplo do que foi realizado na questão da violência doméstica e familiar contra a mulher.²¹⁶

Tomando-se por comparação o problema da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), faz-se nítida a constatação de que existem meios de mudança, o que ocorre é a inércia dos diversos agentes da sociedade, consoante à ignorância quanto à gravidade do assunto. A problemática da violência doméstica foi tirada da vida privada e realocou-se para o interesse público de toda a sociedade, com a disseminação da ideia de que a violência não é mais aceitável na sociedade brasileira.²¹⁷

A Lei Maria da Penha dispõe de ampla divulgação nos meios de comunicação e goza de instrumentos fundamentais para o combate à violência,

²¹⁵ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

²¹⁶ DINIZ, Maiana. **Maria da Penha**: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/maria-da-penha-lei-foi-eficiente-mas-precisa-ampliar-servicos-diz>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

²¹⁷ DINIZ, Maiana. **Maria da Penha**: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/maria-da-penha-lei-foi-eficiente-mas-precisa-ampliar-servicos-diz>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e a Central de Atendimento à Mulher. Ainda, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), atualmente existem no Brasil 502 delegacias especializadas.²¹⁸

Igualmente, há a promoção de ações preventivas nas escolas por meio do ensino da igualdade de gênero, serviços de responsabilização para homens agressores, políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com perspectiva de gênero, destinação de recursos financeiros e humanos em serviços especializados para atendimento das vítimas e projetos de aprimoramento da produção de informação nacional, e garantia da expansão de serviços especializados em municípios no interior do país.²¹⁹

Obviamente a lei padece de falhas que precisam ser repensadas, no entanto, foi bem sucedida ao tornar-se o mais importante instrumento legal de combate à violência doméstica contra a mulher no Brasil, sendo responsável por uma verdadeira guinada na história da impunidade. Sua visibilidade foi tamanha que capacitou a mudança de pena de artigo do Código Penal, a exemplo do §9º do artigo 129, onde houve o agravamento daquela para crimes de violência doméstica contra vítimas em geral. O dispositivo, que anteriormente previa a sanção de seis meses a um ano, passou a vigorar com a redução da pena mínima para três meses e o aumento da máxima para três anos, crescendo-se mais um terço em caso de vítimas portadoras de deficiência.²²⁰

Ademais, há importante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça em sua súmula 536, que indica que “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”.²²¹ Isso significa que, independentemente da pena prevista,

²¹⁸ DINIZ, Maiana. **Maria da Penha**: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/maria-da-penha-lei-foi-eficiente-mas-precisa-ampliar-servicos-diz>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

²¹⁹ DINIZ, Maiana. **Maria da Penha**: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/maria-da-penha-lei-foi-eficiente-mas-precisa-ampliar-servicos-diz>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

²²⁰ BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

²²¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 536**. A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. Aprovado em 10/06/2015. DJe 15/06/2015. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher não são encarados como de menor potencial ofensivo e, por esta razão, a eles não se adotam os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/95, como a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Da mesma forma, dos juizados especiais criminais foi retirada a competência para os julgamentos dos crimes de violência doméstica contra mulher, e a aplicação de penas pecuniárias, como cestas básicas e multa, foram proibidas. Foram criados juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger todos os casos e houve até mesmo alteração do Código de Processo Penal Brasileiro para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva em casos de suspeita de risco à integridade física ou psicológica da mulher.²²²

Em contrapartida, quando observados crimes decorrentes de discriminação religiosa, através de análise dos dispositivos legais da Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) e do Código Penal, depreende-se que somente uma pena não é imediatamente passível de aplicação de suspensão condicional da pena, a estabelecida no artigo 20, §2º, referente à praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza. Todos os demais dispositivos, quais sejam, os artigos 208 e 140, §3º, ambos do Código Penal, e o *caput* do artigo 20 da Lei Caó (Lei nº 7.716/1989), devido ao baixo quantum sancionatório, são inevitavelmente conduzidos a tal medida, assim como a transação penal.

É ofertada a todos os crimes a possibilidade de aplicação da pena pecuniária de multa. Não há qualquer previsão de juizados especiais, sendo que o artigo 208 do Código Penal, o mais detalhado no sentido da matéria, é de competência do juizado especial criminal, por dispor de pena máxima não superior a 2 (dois) anos.

Desnecessário mencionar que há pouco envolvimento do Estado em prol do desenvolvimento de políticas públicas para a educação acerca das religiões afro-brasileiras, políticas de combate à violência, ações preventivas, divulgação em

²²² OBSERVE. **Lei Maria da Penha**: aspectos fundamentais da lei. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_aspectos> Acesso em: 19 mar. 2018.

meios de comunicação de massa, e estabelecimento de pontes de diálogo entre organizações da sociedade que lidam com temas referentes à religiosidade.

Desta forma, é visível que em cenários onde foi percebida fragilidade e necessidade de interferência, o Estado buscou adotar medidas nacionais para a erradicação do problema, assim como houve agravamento de pena e busca por melhor solução penal por parte do legislador, o que não ocorreu com a intolerância religiosa.

4.2.1. O problema das delegacias de polícia

Conjuntamente à dificuldade da ausência de penas mais rigorosas, encontra-se a situação de inaptidão das delegacias para os registros dos casos. Não raro policiais, por acreditarem que outros crimes, como o tráfico, homicídios e roubos deveriam receber maior atenção, acabam preterindo as queixas de intolerância religiosa. Da mesma forma, muitos casos são registrados como briga de vizinho, rixa ou ameaça, além de que em episódios de invasão e destruição de terreiros²²³, por vezes é considerado apenas o dano material, sem ser levado em conta o aspecto religioso do crime.

O delegado Henrique Pessoa, membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) no Rio de Janeiro, em texto aponta outro obstáculo – a falta de aceitação do respaldo jurídico no que tange ao enquadramento dos casos na Lei 7.716/1989 (Lei Caó). Mesmo esta sendo de âmbito federal, algumas polícias estaduais se recusam a aplicá-la, sob a justificativa de que o artigo 208 do Código Penal não se encontra revogado em virtude da Lei Caó.²²⁴

Do mesmo modo, muitos sistemas da Polícia sequer possuem as alterações trazidas pela Lei 9.459/1997, que adicionou referências à discriminação religiosa à Lei Caó. Assim, como a Lei atualizada não se acha presente no sistema

²²³ UMBANDISTAS atacados vão cobrar indenização na Justiça. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL588075-5606,00-UMBANDISTAS+ATACADOS+VAO+COBRAR+INDENIZACAO+NA+JUSTICA.html>> . Acesso em: 15 mar. 2018.

²²⁴ PESSÔA, Henrique. A atuação cidadã da polícia civil do estado do Rio de Janeiro no combate à intolerância religiosa. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Org.). **Intolerância religiosa X democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

informático das delegacias, não é possível registrar um crime de discriminação religiosa em sua função.²²⁵

O que se nota é um cenário bastante primário e de pouca informação. São escassos os órgãos especializados que acolham as denúncias e orientem vítimas. Não há uma base de dados nacional, assim como há delegados e policiais que descumprem a lei, às vezes em razão de desconhecimento quanto à tomada de medidas.

Felizmente, tímidos passos rumo à proteção das religiões afro-brasileiras parecem concretizar-se nos tempos atuais. Em 2016, no Distrito Federal, o governador Rodrigo Rollemberg sancionou projeto de lei que criou uma delegacia especializada para combater casos de intolerância religiosa, a Delegacia Especial de Repressão aos crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência.²²⁶ De projeto do deputado distrital Lira (PHS), sua motivação se deu após numerosas ocorrências de ataques a terreiros de candomblé no Distrito Federal e Entorno. Entre as metas apontadas, estão o registro e abertura de inquéritos nos casos que envolvam crimes praticados contra entidades, indivíduos ou patrimônios públicos ou privados, cuja motivação seja a intolerância religiosa.

4.3. O STF e o racismo: o caso Ellwanger e o caso Jonas Abib

É notório que a Constituição Federal, em seu preâmbulo, patrocina os valores de uma sociedade democrática, pluralista e livre de preconceitos, contemplando, entre os propósitos da República, o de propiciar o bem de todos sem diferenças de origem, raça, idade, sexo, e quaisquer outras formas de discriminação.²²⁷

²²⁵ PESSÔA, Henrique. A atuação cidadã da polícia civil do estado do Rio de Janeiro no combate à intolerância religiosa. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Org.). **Intolerância religiosa X democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

²²⁶ NASCIMENTO, Jéssica. **DF cria 1ª delegacia para investigar crimes de intolerância religiosa**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/01/df-cria-1-delegacia-para-investigar-crimes-de-intolerancia-religiosa.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

²²⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

No capítulo dos direitos e garantias fundamentais, a Carta Magna consagra os princípios da igualdade, da não-discriminação, da livre manifestação de pensamento e de expressão. Igualmente expõe que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, suscetível à pena de reclusão nos termos da lei. Em posse destas disposições, a colisão entre as liberdades de expressão e manifestação de pensamento e o repúdio ao racismo se fez tema de ponderação dentro mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro.

Relevante a este trabalho, cabe a comparação entre os casos do escritor gaúcho Siegfried Ellwanger e o padre católico Jonas Abib. Em ambos perfez-se a discussão sobre a ultrapassagem dos limites constitucionais supracitados, em episódios em que os autores publicaram livros com opiniões controversas que acabaram por ofender determinados grupos da sociedade. Entretanto, apesar de enorme similitude no modo de agir de ambos, seus resultados foram diferentes, onde no segundo, não houve o entendimento de incidência de racismo agregado à intolerância religiosa.²²⁸

Em 2003 foi confirmada a condenação pelo Supremo Tribunal Federal, pelo crime da prática de racismo, do escritor gaúcho Siegfried Ellwanger, que, de modo sistemático e imoderado, publicou livros manifestamente antissemitas. Entre suas afirmações, estavam a negação do fato histórico do Holocausto, a legitimidade à concepção racial definida pelo regime nazista e a crença na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, concretizada em livros como "Protocolos dos Sábios de Sião", e "Holocausto - judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século".²²⁹

²²⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018; BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²²⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Nesse caso, a primeira grande discussão do Supremo Tribunal Federal pairou na dúvida se antissemitismo é racismo, posto que os judeus não são uma raça. Em perspicaz argumento, o ministro relator Maurício Corrêa esclareceu que cientificamente não existem distinções entre os homens por quaisquer características físicas, visto que todos se classificam como espécie humana. Sendo todos iguais na essência, não são também uma raça os brancos, negros, índios, ciganos e nenhum outro integrante da espécie humana.²³⁰

Concluiu-se que todos os seres humanos podem ser vítimas da prática do racismo, sendo explicado que “a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Deste pressuposto origina-se o racismo, que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista.”²³¹

A segunda indagação da mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro baseou-se no eventual conflito entre princípios constitucionais, verificando-se a existência de contradição entre a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento e a demonstração de racismo.

A orientação firmada foi a de que a garantia constitucional da liberdade de expressão não é absoluta, possuindo limites jurídicos e não podendo abrigar manifestações que desonrem a dignidade da pessoa humana e desaguem na ilicitude penal, devendo os comportamentos abusivos ser censurados. Assim, foi consoante o entendimento de que o escritor extrapolou os limites de seu direito constitucional, estimulando a violência através de ideais agressivos e discriminatórios. Explicitou o acórdão que:²³²

O preceito fundamental da liberdade de expressão não consagra o ‘direito à incitação ao racismo’, dado que um direito individual não pode constituir-se

²³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica.

Manifestações exageradas não coadunam com os princípios constitucionais e atingem vítimas dos mais diversos segmentos da sociedade. Por diversas vezes, opiniões desrespeitosas e abusivas escudam-se atrás da liberdade de expressão, e corretamente, grupos que se sentem ofendidos passaram a buscar a tutela estatal para exigir o respeito de seus direitos e individualidades.

Sob este propósito, o Supremo Tribunal Federal, debateu em julgado de 2016, (RHC 134682/BA, Rel. Min. Edson Fachin), acerca do livro “Sim, Sim, Não, Não - Reflexões de Cura e Libertação”, de autoria do padre Jonas Abib, o qual, defendendo os dogmas da Igreja Católica, proferiu críticas imoderadas ao espiritismo e religiões de matrizes africanas. Tal fato motivou o Ministério Público do Estado da Bahia, em 2008, a instaurar inquérito penal e oferecer denuncia contra o religioso, tipificando sua conduta como crime de racismo, previsto no artigo 20 da Lei nº 7.716/89.²³³

Entre os dizeres do livro, estavam a associação do demônio às religiões de origem africana, e a queima pública de livros espiritistas e umbandistas e das imagens de Iemanjá. Na denuncia movida pelo Ministério Público do Estado da Bahia constam alguns trechos:²³⁴

O demônio, dizem muitos, ‘não é nada criativo’. Ele continua usando o mesmo disfarce. Ele, que no passado se escondia por trás dos ídolos, hoje se esconde nos rituais e nas práticas do espiritismo, da umbanda, do candomblé e de outras formas de espiritismo. Todas essas formas de espiritismo têm em comum a consulta aos espíritos e a reencarnação.

[...]

Os próprios pais e mães-de-santo e todos os que trabalham em centros e terreiros são as primeiras vítimas: são instrumentalizados por Satanás.

[...]

O espiritismo não é uma coisa qualquer como alguns pensam. Em vez de viver no Espírito santo, de depender dele e ser conduzida por Ele, a pessoa acaba sendo conduzida por espíritos malignos. [...] O espiritismo é como

²³³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

uma epidemia e como tal deve ser combatido: é um foco de morte. O espiritismo precisa ser desterrado da nossa vida. [...] Limpe-se totalmente! [...]

Há pessoas que já leram muitos livros do chamado 'espiritismo de mesa branca', de um kardecista muito intelectual que realmente fascina - as coisas do inimigo fascina. Desfaça-se de tudo. Queime tudo. Não fique com nenhum desses livros. [...]

Em decisão, o Supremo Tribunal Federal trancou a ação penal contra o padre Jonas Abib, acolhendo a tese de que o réu tão somente apoiou-se no proselitismo ao fazer comparações entre diversas religiões, não havendo a incidência do crime de racismo. Foi entendido que, apesar do mau gosto das declarações, o caso se enquadrou no direito à liberdade de expressão, visto que o livro não continha perseguições ou rebaixamentos gratuitos, mas somente visava ajudar os praticantes católicos a se elevarem.²³⁵

Em seu voto, o ministro Edson Fachin, relator do processo, citou os limites da expressão religiosa, destacando que deve ser tolerada a divulgação da mensagem religiosa, desde que respeite a Constituição. Afirmou que:²³⁶

Como se vê, o paciente limita-se a reconhecer a distinção entre os grupos religiosos e explanar, na sua visão, a inviabilidade do sincretismo religioso e a prevalência do catolicismo. Ainda que, eventualmente, os dizeres possam sinalizar certa animosidade, não se explicita a mínima intenção de que os fiéis católicos procedam à escravização, exploração ou eliminação das pessoas adeptas ao espiritismo. Ao contrário, a publicação é direcionada aos católicos, a fim de pautar as opções dos respectivos fiéis.

Da mesma forma, acompanhado pelos votos dos ministros Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber, partilhou da ideia de que, em realidade, o caso constituía exatamente o cerne do direito à liberdade de expressão religiosa, visto que o proselitismo, apesar de capaz de provocar comparações incômodas, não

²³⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

materializa o espaço normativo dedicado à incriminação de condutas preconceituosas.²³⁷

Foi afirmado que um juízo discriminante se apoiaria na comparação entre dois grupos diversos, sendo um considerado bom e o outro mau, um civilizado e o outro bárbaro, juntamente com a ideia de escravizar, explorar ou eliminar o grupo inferior. Igualmente, que a vinculação entre as religiões criticadas e o maligno restringiu-se à afirmação da suposta superioridade da religião professada pelo padre, não se tratando de tentativa de subjugação dos adeptos das outras crenças.²³⁸

Em curioso voto, ao dissertar sobre a amplitude da liberdade de expressão, que engloba mesmo aquelas opiniões consideradas pedantes e prepotentes, o ministro Luís Roberto Barroso explicou o que acredita ser o excesso deste direito e garantia fundamental:²³⁹

O único limite à liberdade de expressão está na questão das manifestações de ódio, sobretudo quando dirigidas a grupos vulneráveis - negros, homossexuais, aí acho que acende uma luz amarela. Não acho que os espíritas sejam um grupo historicamente vulnerável para invocar esse tipo de proteção. Embora ache que a fala do nosso padre ultrapassa todos os limites do erro escusável, não acho que ultrapasse as fronteiras do crime.

No caso, para a verificação se houve crime, é primordial a análise de possível colisão entre as liberdades de expressão e religiosa e o repúdio ao racismo.

O catolicismo, assim como diversas religiões, tem como característica o objetivo de converter o maior número possível de pessoas, prática natural e aceitável, chamada proselitismo. Da mesma forma, é comum que essa atividade argumente que sua religião é melhor que as demais, o que, mesmo gerando

²³⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

animosidades, se realizada dentro de limites, configura simplesmente a manifestação da própria liberdade religiosa.²⁴⁰

É lícito que no discurso proselitista defenda-se que uma religião está "certa" e a outra "errada", entretanto, se esse basear-se em ideais de dominação, opressão, restrição de direitos ou violação da dignidade humana das pessoas integrantes dos demais grupos, evidencia-se uma discriminação passível sanção criminal.

No entanto, considerando as palavras e acusações agressivas às práticas e entidades das religiões atacadas pelo padre, assim como o histórico de repressão e subjugação sofrido pelos adeptos das religiões de matrizes africanas desde os tempos da Colônia, a discordância quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal faz-se inevitável.

É sabida a história de luta contra o preconceito enfrentada por seguidores das religiões afro-brasileiras para que pudessem preservar a cultura de seu povo. Trata-se de sofrimento perpetrado pela Igreja Católica, que comprimia suas manifestações, e até mesmo pela imprensa e polícia brasileira ao longo dos anos. O tratamento sempre se resumiu em deslegitima-las, sendo sua demonização uma frequente ocorrência.

É óbvio que o mundo é formado de indivíduos que pensam diferentemente, e que a liberdade de expressão não protege apenas as falas consonantes às ideias de um determinado grupo. Porém, faz-se nítido que livros vendidos ao grande público, recheados de afirmações tais quais que as religiões Umbanda e Candomblé são esconderijos do demônio e suas mães e pais de santo verdadeiros instrumentos de satanás, não remetem somente à ideia de dominação, exploração, e extermínio próprias dos discursos discriminatórios, como configuram um claro descomedimento e extrapolação aos limites da liberdade de expressão.

Como aventado pelo próprio ministro relator, o juízo discriminante necessita de um juízo ulterior de valor, isto é, a presença de dois grupos distintos, sendo um tomado como civilizado e o outro bárbaro, um superior em virtudes morais, dotes intelectuais, e o outro inferior.²⁴¹ Tal conceito em nada se difere das

²⁴⁰ ODEBRECHT, Luciano. **Liberdade religiosa**. Londrina. Redacional, 2008

²⁴¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min.

teorias etnocentristas eurocêntricas que afirmavam ser a decadência cultural associada à mistura dos negros aos brancos, sendo estes primeiros tidos como sem dignidade ou honra, naturalmente predispostos à escravidão e inferiores. As palavras do padre, ao anunciarem serem os praticantes de religiões africanas comandados pelo maligno remontam à estigmatização do negro e suas tradições, e a sugestão de queima de livros e imagens africanas é claramente uma forma moderna de tentativa de apagamento da memória, tradição e existência africana.

As matizes da sociedade brasileira impõem, como condição de vida em comunidade e consagração da democracia, que posições divergentes sejam mutuamente respeitadas, reclamando-se tolerância em relação ao diferente. Não foi isto o que ocorreu no caso em tela, onde as ideias de resgate religioso destinado à salvação dos adeptos das religiões “do mal”, foram sinalizadas de maneira violenta. O incentivo a combater tais crenças como uma “epidemia” configura total incitação à supressão do direito fundamental de liberdade e expressão religiosa.

Por fim, mister se faz o resgate da citação feita pelo ministro Luís Roberto Barroso, que não crê serem os espíritas um grupo historicamente vulnerável apto a ser protegido com o mesmo rigor da repressão feita ao *hate speech* (discurso de ódio).²⁴² Talvez não os espíritas, mas certamente os umbandistas e candomblecistas gozam de status de grupo frágil e indefeso perante os mais diversos ataques físicos, verbais e simbólicos que sofre. Sendo as manifestações de ódio, tais quais como as escritas no livro, presentes no cotidiano dos praticantes destas religiões, que tem seus terreiros depredados, queimados e apedrejados, altares destruídos, práticas e tradições deturpadas e satanizadas, é indubitável a dívida histórica que a sociedade brasileira tem para com essas religiões.

Sendo fato que, como declarado pelo ministro Fachin, a liberdade religiosa, não ostenta caráter absoluto, como é próprio dos direitos e garantias fundamentais, tem-se que um dos consectários da liberdade de religião é o respeito às religiões alheias, sendo o núcleo essencial da liberdade religiosa a tolerância. E a

Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

absoluta inaceitação e disseminação do combate à crença alheia caracteriza o exato oposto, a intolerância religiosa.

Desta forma, conclui-se que o legislador Constituinte acertou ao expandir a liberdade de expressão, o que não significa concessão de carta branca aos praticantes das mais variadas crenças religiosas brasileiras para disseminarem seus ideais como bem entenderem. Da decisão do Supremo Tribunal Federal extrai-se que o racismo penetrou-se em todos os meios sociais, sendo capaz de se dissimular até mesmo dentro da mais alta corte constitucional brasileira. Em cenário onde há forte repressão às ideias antissemitas mas total naturalização do racismo religioso, percebe-se a necessidade de uma drástica mudança cultural para o entendimento da relevância da intolerância religiosa e suas consequências.

CONCLUSÃO

Revela-se como solução para a prática de desrespeito às tradições religiosas de matrizes africanas a interferência do Estado, especialmente em razão de o comportamento intolerante afrontar direitos e garantias fundamentais impressos na Constituição Federal vigente. Por outro lado, deve a tradição jurídica brasileira avançar no tratamento do tema, porque mister se faz a revisão dos dispositivos jurídicos de proteção às religiões, que se utilizados com devida interpretação e rigor, cumprirão o dever de dar voz ao direito à diferença e zelar por todo brasileiro.

No caminho percorrido, apurou-se que a intolerância religiosa viola a dignidade da pessoa humana, valor inerente ao homem, que, mesmo após sua positivação pelo ordenamento jurídico, segue desprezado em relação aos cultos afro-brasileiros. Denotou-se também que a prática da intolerância segue unida a uma forte discriminação racial, que encontra suas origens na colonização do país.

Evidenciou-se a separação entre o proselitismo legítimo e substancial às liberdades de expressão e religiosa e aquele impróprio. É sabido que a tolerância deve ser um valor essencial para o convívio das confissões religiosas, e as tensões e discordâncias entre tais devem se pautar na moderação, respeitando o direito fundamental da liberdade religiosa e da liberdade de expressão.

Examinou-se a evolução da liberdade religiosa nas constituições brasileiras ao longo das décadas, aliada à discussão acerca da laicidade pregada na Carta Magna vigente, mas não efetivamente cumprida pelo Estado, visto a desatenção às condutas que excedem os limites da liberdade de expressão, e a concessão de privilégios às crenças que ocupam lugares de supremacia, a exemplo dos vários feriados nacionais e municipais ligados à tradição cristã.

Comentou-se os principais dispositivos que salvaguardam as manifestações religiosas, tanto em âmbito nacional como internacional, mostrando que o Brasil comprometeu-se a lutar contra a intolerância religiosa e propagar o respeito ao exercício da liberdade religiosa, através do acolhimento de dispositivos e jurisprudências de tribunais internacionais, assim, amparando todos os credos que estão em seu território, inclusive as religiões minoritárias, como as de matrizes africanas.

Em reflexão acerca das verdadeiras razões de as religiões de matrizes africanas serem o alvo mais latente do preconceito, deixou-se constatado que a intolerância detém estritos laços com o racismo, que aliado à ignorância acerca das tradições africanas e suas particularidades, resulta em estigmatização nociva. Da mesma forma, a política de embranquecimento e as teorias racialistas presentes no país ao longo dos séculos deram suporte a um verdadeiro exercício de extinção da população negra, que atualmente apenas expõe novas facetas.

Após análise minuciosa, concluiu-se que o problema da intolerância religiosa é território pouco conhecido, vistas sanções notoriamente brandas nos crimes advindos de discriminação religiosa. Da mesma forma, há pouco envolvimento do Estado em prol do desenvolvimento de políticas públicas para a educação acerca das religiões afro-brasileiras, políticas de combate à violência, ações preventivas, entre outras medidas, o que não apenas frustra as vítimas das agressões, como também estimula a reiteração delitiva.

Criticou-se não somente a omissão do Estado e a ausência de debates sobre a problemática e repressão às agressões, como se fez um alerta ao fato de que tal deficiência desvela espaços para novas formas de supressão, mais públicas e vexatórias, que acabaram por ocasionar uma onda de violência de nível nacional, abrangendo todos os Estados.

Através de reveladora análise de casos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal, referentes ao HC 82.424/RS e RHC 134.682/BA, o presente trabalho logrou expor que o racismo religioso penetrou-se em todos os meios sociais, sendo capaz de se camuflar até mesmo dentro da mais alta corte constitucional brasileira. Em contexto onde foi evidenciada forte inibição e combate à ideias antisemitas, mas, em contrapartida, total naturalização do racismo religioso, nota-se a necessidade de imperiosa mudança cultural para o conhecimento e compreensão da profundidade das consequências da intolerância religiosa.

A fragilidade no trato do tema da ofensa à liberdade religiosa dos adeptos de cultos afro-brasileiros igualmente demonstra a urgente necessidade de interferência do legislador em busca de uma melhor solução penal. Com a proibição da discriminação por violação à liberdade religiosa e a aplicação de punições com o devido rigor, proporcionais à gravidade dos ataques, o desrespeito e o preconceito não devem prevalecer, e haverá maior aproximação de uma sociedade democrática,

com convívio social baseado na elevação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Faz-se visível o desafio posto para as religiões de matrizes africanas e para os que as respeitam como espaço de resistência da população negra no Brasil sobre quais medidas a serem tomadas para repelir os ataques. Nota-se que são necessárias não somente ações unificadoras, mas também estender o diálogo para além dos terreiros. É preciso construir pontes de comunicação entre seções da religião que há muito tempo não conversam entre si e entre os que podem criar um cinturão de apoio em espaços importantes da sociedade, como na política, artes e cultura. Essencialmente, deve-se pensar na construção de estratégias que construam uma nova imagem das religiões de matrizes africanas para o cidadão comum.

REFERÊNCIAS

ADRAGÃO, Paulo Pulido. **A liberdade religiosa e o Estado**. Coimbra: Almedina, 2002.

ALVES, Othon Moreno de Medeiros. **Liberdade religiosa institucional**: direitos humanos, direito privado e espaço jurídico multicultural/. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_16285-1522-5-30.pdf?090519171726>. Acesso em: 15 out. 2017.

ASSIS, Jorge Cesar. **Análise crítica do Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <<https://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940526/analise-critica-do-estatuto-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971. v. 2.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010.

BITENCOURT, César Roberto. **Código penal comentado**. 5. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: UNESP, 2002.

BORGES, Edson; D'ADESKY, Jacques; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: <<http://ideg.com.br/constituicao-do-imperio-do-brazil-1824/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018

BRASIL. **Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.635, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.248, de 12 de janeiro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13248.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 536**. A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. Aprovado em 10/06/2015. DJe 15/06/2015. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 82424 RS**. Tribunal Pleno. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 19 de março de 2004. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/770347/habeas-corpus-hc-82424-rs>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 134.682 BA**. Primeira Turma. Recorrente: Jonas Abib. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1346512>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BREGA FILHO, Vladimir; ALVES, Fernando de Brito. **Da liberdade religiosa como direito fundamental**: limites, proteção e efetividade. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/03_611.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2008.

CABRAL, Alex Ian Psarski. A proteção internacional ao direito à liberdade de consciência: o sistema da ONU e o sistema europeu de proteção aos direitos do homem. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Belo Horizonte v. 5, p. 01-33, 2009. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/alex_cabral.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

CABÚS, Lígia. **Diferenças entre umbanda, candomblé e quimbanda**. Disponível em: <<http://filhodeoxossi.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CALDEIRA, Giovana Crepaldi. Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. **Encontro de Iniciação Científica**, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2019/2164>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 2000.

CARNEIRO, João Luiz. **As religiões afro-brasileiras**: uma construção teológica. Petrópolis: Vozes, 2014.

CATANA, Thiago Oliveira; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Liberdade religiosa é um direito absoluto que deve ser mantido**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-out-21/liberdade_religiosa_mantida_todo_custo>. Acesso em: 22 out. 2017.

CELSONO, Lafer. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Procedimento de Controle Administrativo. **Processo n. 0006594-06.2013.2.00.0000**. Sessão 186. Relatora: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Brasília, 08 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam;jsessionid=9CA6FF64951DF53C97EC2228BBED5F22?jurisprudencialdJuris=47276&indiceListaJurisprudencia=8&firstResult=3650&tipoPesquisa=BANCO>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: M. Claret, 2002.

CUNHA, Maria Helena Lisboa. **O conceito de liberdade e suas interfaces**. Rio de Janeiro, Ensaios Filosóficos, Volume III – abril/2011.

DALLARI, D. A. Preconceito, intolerância e direitos humanos. In LEWIN, H. (Coord). **Judaísmo e modernidade**: suas múltiplas inter-relações. Rio de Janeiro: Centro

Edeslstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 11-24.

DINIZ, Maiana. **Maria da Penha**: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/maria-da-penha-lei-foi-eficiente-mas-precisa-ampliar-servicos-diz>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em: 03 abr. 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). **Constituição dos Estados Unidos da América, de 17 de setembro de 1787**. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/constituicoes/CUSAT.pdf>>. Acesso em: 01 set 2017.

FERNANDES, Júlio César Lima. **Princípios sobre a tolerância**: uma urgência contemporânea. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/principios-sobre-a-tolerancia-uma-urgencia-contemporanea/67163>>. Acesso em: 24 out. 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Religião, Estado e direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2002.

FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte Francesa. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**. Versalhes, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GAUDÉMET, Eugène. **Théorie générale des obligations**. Paris: Sirey, 1965.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar, 2002.

GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 3. ed. Niterói (RJ): Impetus, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JACQUES, Robert. A liberdade religiosa. **Revista Consciência e Liberdade**, Lisboa, n. 15, p. 84-100, mar. 2003.

JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, São

Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. Os pactos internacionais de direitos humanos. In: ALMEIDA, Guilherme Assis de; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (Coord.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos: instrumentos básicos**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 25-39.

JUIZ federal volta atrás e afirma que cultos afro-brasileiros são religiões. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/juiz-federal-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religioes.html>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Sobre as relações entre Igreja e Estado: conceituando a laicidade. In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. (Org.). **Ministério Público: em defesa do Estado laico**. Brasília: CNMP, 2014. v.1. p. 179-205.

LANG, Marina. **Mãe de santo atacada por traficantes evangélicos deixa o Brasil e pretende pedir asilo à Suíça**. 2017. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/20/atacada-por-trafficantes-evangelicos-mae-de-santo-deixa-o-brasil.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. Lisboa: Edições 70, 1987.

MACHADO, Edinilson Donisete; TURATTI JÚNIOR, Marco Antônio. Brasil, um país laico religioso: reflexões sobre a tolerância, o contato social do brasileiro com a religião e o interesse social do sistema jurídico laico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2016, Brasília. **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, 2016. p. 138-158. Disponível em:
<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/i80k5078/XThu1oiXQsdSmL43.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Estado constitucional e neutralidade religiosa: entre o teísmo e o (neo) ateísmo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

MAGGIE, Y. **Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MELLO, Celso de. **Crime de Racismo e Anti-semitismo: um julgamento histórico do STF, Habeas Corpus n. 82.424/ RS**. Brasília: Jurídica, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**: direitos fundamentais. 3. ed. rev., atual. Coimbra, 2000.

MONTEIRO, Adriana Carneiro et al. **Minorias étnicas, linguísticas e religiosas**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/minorias.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MONTEMURRO, Danilo Gonçalves. **Não pode haver feriado religioso em um Estado laico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-out-05/nao_haver_feriado_religioso_estado_laico>. Acesso em: 24 out. 2017.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e espaço público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.74, p. 47- 65, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, Raquel Cristina Santos. **A contribuição do direito internacional na proteção do direito à liberdade religiosa**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_2/raquel_moura.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Jéssica. **DF cria 1ª delegacia para investigar crimes de intolerância religiosa**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/01/df-cria-1-delegacia-para-investigar-crimes-de-intolerancia-religiosa.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

OBSERVATÓRIO JURÍDICO DA LIBERDADE RELIGIOSA. **Legislação Internacional**: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<http://observatorio.direitoereligiao.org/p/legislacao-do-mundo.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

OBSERVE. **Lei Maria da Penha**: aspectos fundamentais da lei. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_aspectos>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ODEBRECHT, Luciano. **Liberdade religiosa**. Londrina. Redacional, 2008.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. **Candomblé sergipano**. Aracaju: SEC/CDFB, 1978.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Intolerância contra as religiões de matriz africana: uma análise sobre colisão de direitos através de casos judiciais emblemáticos. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 24., 2015, Aracaju. **Direitos fundamentais**. Florianópolis: Conpedi, 2015. p. 369-386.

Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/51f4alp5/U4Pi6Mb14L8B1dO4.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. **A proteção constitucional e internacional do direito à liberdade de religião**. São Paulo: Verbatim, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris: Unesco, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**. 1981. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_7.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. 18 dez. 1992. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em 22 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José: OEA, 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

PAULO VI. **O problema da liberdade religiosa na actualidade**. Vaticano, 07 dez. 1965. 1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PEREIRA, Júlia. **16 diferenças entre Candomblé e Umbanda que você ainda não sabia**. Disponível em: <<https://umbandaead.blog.br/2017/09/22/umbanda-e-candomble-temos-semelhancas-mas-nao-somos-iguais-2/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PESSÔA, Henrique. A atuação cidadã da polícia civil do estado do Rio de Janeiro no combate à intolerância religiosa. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo. (Org.). **Intolerância religiosa X democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

PIERRUCHI, Antônio Flávio. Cadê nossa diversidade religiosa? Comentários ao texto de Marcelo Camurça. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.) **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 49.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e princípio da dignidade humana. In: LEITE, George Salomão (Org.). **Dos princípios constitucionais**: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 141-156.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

RAMOS, Marcelo. Direito e religião: reflexões acerca do conteúdo cultural das normas jurídicas. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 5, n.1, p.49-76, jan./jun., 2010.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Apontamentos à Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas: Comentários à Resolução da ONU nº 47/135. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 25 set. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.54447&seo=1>>. Acesso em: 24 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Pleito Administrativo. **Processo n. 0139-11/000348-0**. Conselho da Magistratura. Interessados: Rede Feminista de Saude e Outros. Relator: Des. Cláudio Baldino Maciel. Porto Alegre, 06 de março de 2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-relator-materia-conselho.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ROBERT, Jacques. **Droits de l'homme et libertés fondamentales**. 5 ed. Paris: Montcherstein, 1993.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos Santos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas**: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. O Direito de religião no Brasil. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 146, p. 55-72, mar., 1996. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. 6. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SCHWARTSMAN, Hélio. **Delírios divinos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u356210.s.html>> Acesso em: 28 ago. 2017.

SENA, Daniel. Artigo 18. In: DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos Comentada. Disponível em: <<https://www.direitocom.com/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/artigo-18o>> Acesso em: 04 set. 2017.

SILVA JUNIOR, Helio. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves. (Org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 303-331.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 17. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Proteção constitucional à liberdade religiosa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional**. São Paulo: J. Oliveira, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: santos e *minkisi*, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, p. 125-146, 2002.

SUIAMA, Sergio Gardenghi. **Limites ao exercício da liberdade religiosa nos meios comunicação de massa**. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dcomuntv/artigo-limites-ao-exercicio-da-liberdade-religiosa-nos-meios-comunicacao-de-massa.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. 282 f. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOSTES, Melina Alves. **Liberdade religiosa: um estudo comparativo da jurisprudência interna e dos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Chiara-p%C3%A1ginas-texto-complementar-selecionadas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

UMBANDISTAS atacados vão cobrar indenização na Justiça. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL588075-5606,00-UMBANDISTAS+ATACADOS+VAO+COBRAR+INDENIZACAO+NA+JUSTICA.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

VIEIRA, Nayara Lima; BRITO, Edson de Sousa. **Direitos fundamentais e a liberdade religiosa**. 2014. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3738>>. Acesso em: 02 set. 2017.

WIESEL, Elie. Vade-Mecum por uma luta contra a intolerância. In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.